

Estação da União



ASPECTOS HISTÓRICOS RESERVA BIOLÓGICA UNIÃO - RJ

Aline Oliveira Santos

Gustavo Luna Peixoto

Susie de Jesus Rodrigues Pinto

Whitson José da Costa Junior

Zoraide Mendonça Soares Puglia

Ricardo Martins de Aguiar

ORGANIZADOR



Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade

Estação da União

Aspectos Históricos Reserva Biológica União

Brasília - DF
2015

Presidência da República

Dilma Rousseff

Ministério do Meio Ambiente

Izabella Mônica Vieira Teixeira

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Cláudio Carrera Maretti

Diretoria de Criação e Manejo de Unidade de Conservação

Sergio Brant Rocha

Reserva Biológica União

Whitson José da Costa Junior

Catálogo na fonte: Biblioteca do ICMBio


E79e Estação da União - Aspectos históricos: Reserva Biológica União / Organizado por Ricardo Martins de Aguiar.
Brasília: ICMBio / REBIO União, 2015.

80 p.

ISBN 978-85-61842- 59-8

1. Reserva Biológica União. 2. Fazenda União Rocha Leão. 3. Translocação de micos-leões-dourados. I. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. II. Reserva Biológica da União. III. Santos, Aline Oliveira. IV. Peixoto, Gustavo Luna. V. Pinto, Susie de Jesus Rodrigues. VI. Costa Junior, Whitson José da Costa. VII. Puglia, Zoraide Mendonça Soares.

CDU 500



Vista da floresta (Foto: Susie Rodrigues)

OS AUTORES

Ricardo Martins de Aguiar é pesquisador de História Regional e dono de vasto acervo bibliográfico fluminense vem desenvolvendo um trabalho intenso de pesquisa sobre o município de Rio das Ostras e região, desde 1992. Membro do Instituto Histórico de Macaé e da Academia de Letras e Artes de Búzios, é autor dos livros: “Nomes que contam a História”, “Mulheres Fluminenses da Baixada Litorânea”, “Rio das Ostras: Um Esboço Histórico e Antigas Famílias” e “Barra de São João & Casimiro de Abreu: Notícias Históricas da Terra do Poeta”. Tem dezenas de artigos publicados da imprensa da região; especialmente sobre História e Ecologia, criando recentemente o site www.historiariodasostas.com.br.

Aline Oliveira Santos é casimirense, bióloga formada pela UNIGRANRIO e educadora ambiental pela Universidade Candido Mendes/Jardim Botânico do Rio de Janeiro, e vem participando dos fóruns ambientais da região Lagos São João e Macaé, desde 2005. Integrou a equipe de Educação Ambiental da Reserva Biológica União por quase cinco anos e atualmente compõe a equipe técnica do Consórcio Intermunicipal Lagos São João, participando como gestora do Projeto Atitude Água e Clima na microbacia do rio Lontra, Casimiro de Abreu/RJ.

Gustavo Luna Peixoto é carioca, engenheiro florestal formado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Mestre em Ciência Florestal pela Universidade Federal de Viçosa. Foi professor da UNIGRANRIO entre 2005 e 2010. É Analista Ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade pelo qual trabalhou na Reserva Biológica União entre 2002 e 2007, desenvolvendo diversos projetos na área ambiental e educacional. Atualmente é Chefe da Reserva Biológica de Poço das Antas, em Silva Jardim, RJ.

Susie de Jesus Rodrigues Pinto é maranhense, bióloga com especialização em Educação Ambiental. Já trabalhou com Ecologia de Invertebrados Marinhos no Laboratório de Fauna Psâmica/UFRJ, Ecologia, Comportamento e Dieta de Mico-Leão-Dourado (*Leontopithecus rosalia*) no Programa Translocação da Associação Mico-Leão-Dourado e desde 2006 atua na área de Educação Ambiental.

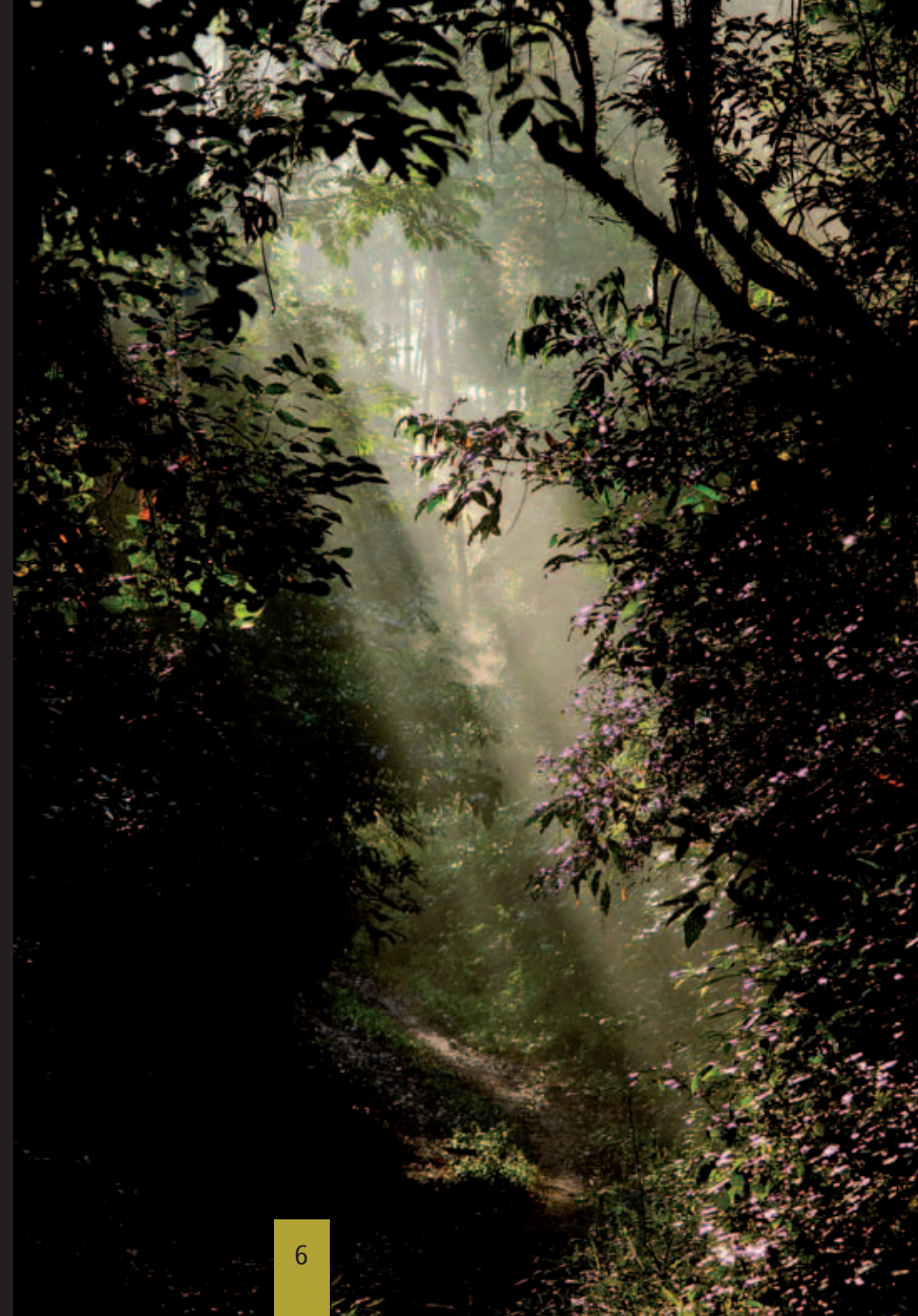
Whitson José da Costa Junior, é capixaba de Mimoso do Sul, engenheiro florestal formado pela Universidade Federal de Viçosa/MG - UFV e especialista em Heveicultura pela Faculdade Ciências Agrárias do Pará/PA - FCAP. Possui vários cursos em Áreas Naturais Protegidas, incluindo um a nível internacional, realizado no Centro Agronômico Tropical de Investigación y Enseñanza - CATIE, em Turrialba – Costa Rica. É Analista Ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, tendo iniciado suas atividades na conservação da natureza em 1989, na Reserva Biológica de Poço das Antas - Silva Jardim/RJ. Participou ativamente, desde o início, em todo processo de criação da Reserva Biológica União, cujo ato legal foi publicado em 22 de abril de 1998. Em agosto de 1998, foi nomeado o primeiro Gestor da referida Unidade de Conservação, permanecendo no cargo até os dias atuais.

Zoraide Mendonça Soares Puglia, natural de Resende/RJ, formada em matemática, analista ambiental do ICMBio, trabalhou no PARNA do Itatiaia, REBIO de Poço das Antas e atualmente desenvolve suas atividades na REBIO União. Dedicou-se em suas atividades à área administrativa da UC e, como educadora, ao desenvolvimento de projetos de educação ambiental na Unidade de Conservação e nas comunidades do entorno.



SUMÁRIO

Agradecimentos.....	07	Nas proximidades da Fazenda União, o apogeu de Rio Dourado	39
Apresentação.....	09	Nelson Póvoa: o agente fornecedor de lenha.....	41
Quando tudo começou.....	11	A Fazenda União no tempo da Grande Guerra	43
Sesmeiros do Rio Dourado.....	15	A Leopoldina Railway sai de cena, nasce a RFFSA ...	45
O fidalgo Braz Carneiro Leão	17	A Fazenda União no período de 1952 a 1965	47
Os registros de terras	19	A Subestação de energia elétrica e o asfaltamento da BR 101.....	51
Fazenda União: Destaque no Almanak Laemmert ..	21	Um Engenheiro Florestal e as melhorias na Fazenda.....	53
A propriedade do Ten-Cel Joaquim Luiz	23	No fim da Administração da RFFSA, os micos-leões-dourados.....	55
Barra de São João.....	25	A privatização da RFFSA	57
Estação da União.....	27	Enfim a Reserva Biológica União.....	59
Novo Proprietário e a Leopoldina Railway entram em cena	29	Uma cronologia dos últimos tempos	61
Bebendo na fonte das escrituras.....	31	Galeria de fotos.....	69
Fazenda do Coronel Antônio Fernandes da Costa...	33	Fontes de pesquisa	71
Rocha Leão, Califórnia e Jundiá: a miragem do progresso.....	35		
A união das terras do Cel. Costa	37		



AGRADECIMENTOS

Esta obra é fruto da colaboração de várias pessoas que apoiaram as fases do trabalho, tornando possível sua realização.

Nosso reconhecimento especial à Ana Cristina da Silva, Ana Lídia Andrade Ribeiro, Deisiane Dias Macedo, Elton Dias Macedo, Fagner José da Silva Pena, Jakilaine Maia Mendonça, Janaína Gomes Mendonça, Gisleny de Souza Silveira, Raniele Ferreira Guimarães, Sabrina Lopes Costa, Samuel Fernandes Valadão e Wellington José de Sousa Costa, alunos do Colégio Estadual Rocha Leão.

À diretora Leila Sarzedas Borges Barreto e a ex-coordenadora pedagógica Maria Aparecida Otz Neves, do Colégio Estadual Rocha Leão.

À Aldino Moreira de Miranda, Alfredo Sarmento, Cornélio Maia, Denir Silva, Derly Alves Pinto, Gesson Sant'Ana, Hélio Almeida, Hélio Sarzedas, Idelfonso Caetano Valadão, Jorge Cândido, Lacy Sarzedas Borges, Lauro Martins, Lenir Sarzeda Linhares, Manoel Carvalho, Manoel Isaltino da Silva, Neiva Magalhães Ribeiro, Neli Machado de Moura, Ornélia da Cunha Medeiros, Ricardo José Leal de Medeiros, Ruben de Azevedo Ri-

beiro e Roberto Luiz Pereira da Silva, que nos concederam entrevistas.

À Alexandre Bezerra de Souza, Almir Luiz de Carvalho, Amaly Amim, Clauder Santos Arenari, Cláudia Martins de Aguiar, Daisi Correa Nunes, Denise Marçal Rambaldi, Edgar de Souza Carvalho, Elizabeth Correa Nunes, Firmino Nunes de Aguiar, João Guilherme, Lucilde Siqueira Cyriaco, Luiz Pereira Luz, Márcia Elizabeth Trindade Jardim, Maria Bernadette Almeida Castro Alvarez (D. Detinha), Maria Heloísa Jorge Martins de Aguiar, Maria Lúcia Martins de Aguiar, Paula Salusse, Rubem Gonzaga de Almeida Pereira e Vilson Gavinho, que direta ou indiretamente contribuíram com este trabalho.

À Instituição Lion Tamarin Brazil Fund - LTBF, financiadora dos Projetos "Reserva Biológica União: O Resgate de sua História" e "Reserva Biológica União: Narrando sua História", que originaram esta obra.

À Associação Mico-leão-dourado - AMLD, pelo apoio na execução dos projetos.



APRESENTAÇÃO

O título deste livro, *Estação da União*, expressa fielmente seus sentidos pois trata dos aspectos históricos da então Fazenda União, cujo papel no desenvolvimento da Estrada de Ferro Leopoldina, no início do Séc. XX, foi de extrema importância para o fornecimento de madeiras nativas para as caldeiras das locomotivas e, posteriormente, de eucalipto para os dormentes. Retrata também a união entre passado e presente por meio da ação de diversos órgãos de governo, gestores, educadores, pesquisadores e a sociedade civil - as comunidades que viviam na fazenda e as que vivem nas proximidades da atual Reserva Biológica União.

Resgatar os fatos históricos que retratam a origem dessa área natural e sua evolução até ser transformada e manejada como um espaço territorial especialmente protegido foi uma tarefa longa que demandou esforços dos autores, gestores, comunidades, financiadores e colaboradores. A memória guardada nas gavetas, nos velhos álbuns de fotografias sépias, e também fatos muitas vezes esquecidos, e pouco valorizados nas remanescentes e senis mentes dos ex-moradores e vizinhos revelam detalhes

encantadores dos costumes, das paisagens e das peculiaridades das vilas que ali existiram.

Ter tido a oportunidade de vivenciar a transformação da Fazenda União em Reserva Biológica é para mim motivo de orgulho e grande privilégio, não somente pela contribuição à conservação de um bioma tão ameaçado quanto a Mata Atlântica e um de seus mais reconhecidos e raros habitantes, o mico-leão-dourado, mas também pelo aprendizado relacionado às urgentes e necessárias negociações para sua criação envolvendo diretamente instituições de três ministérios, organizações não governamentais nacionais e internacionais, governos e comunidades locais.

Os autores desta obra prestaram valioso serviço à memória das gerações passadas ao trazer para o presente suas histórias e modos de vida, valorizando-os; às gerações presentes e futuras, guardiãs genuínas e orgulhosas dessa valiosa memória; e também à Reserva Biológica União, mantenedora da imensa e inigualável biodiversidade da Mata Atlântica.

Denise Marçal Rambaldi
Vice-presidente
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Rio de Janeiro, fevereiro de 2012.



QUANDO TUDO COMEÇOU...

É difícil definir quando tudo começou, mas a lembrança mais antiga que tenho da União é de quando visitei a área em 1991, há 20 anos atrás, durante levantamento de micos-leões-dourados fora da Reserva Biológica de Poço das Antas. Por uma imagem de satélite eu identificava os fragmentos de floresta na área de distribuição do mico-leão-dourado, visitava cada área e usava play-back - reprodução de gravações com sons produzidos pela espécie para atrair os indivíduos - na tentativa de encontrar exemplares. Quando vi o tamanho da mancha de floresta da União não acreditei e achei que a maior parte era coberta por plantações de eucalipto.

Me lembro como se fosse hoje do dia em que cheguei à porta da Fazenda União pela primeira vez para pedir permissão para procurar micos-leões na área. Cheguei de manhã e encontrei o portão fechado. Mais tarde descobri que era dia de pagamento dos funcionários da RFFSA, então proprietária da fazenda. Andei todo o caminho a pé entre o portão e a administração, e durante o percurso fui vendo toda aquela floresta, que não era

de eucalipto, e que estava ali, protegida e preservada, uma joia naquela região tão destruída. Cheguei à administração, expliquei sobre o levantamento e consegui permissão para trabalhar na União.

Mudei-me com um estagiário para a fazenda e moramos durante três semanas em uma das casas destinadas aos funcionários dentro da área. A habitação estava abandonada e sem luz, mas para nós estava ótimo pois era bem perto da floresta.

Lembro-me que choveu muito e isso atrasou o trabalho. Andamos em parte da mata reproduzindo o play-back, fizemos entrevistas com os funcionários da RFFSA e moradores do entorno e não encontramos micos-leões, mas ficamos impressionados com o tamanho e estado de conservação da União.

O levantamento dos micos-leões-dourados continuou e encontrei, em outras áreas do Rio de Janeiro, vários indivíduos isolados em fragmentos de mata muito pequenos para garantir a sua sobrevivência. Na época,

decidi fazer o resgate e a translocação desses grupos para uma área maior, e não tive dúvidas: a Fazenda União era a área perfeita para soltar os micos-leões-dourados condenados. Fiquei preocupada por não ter achado registro da espécie na área, mas encontrei um exemplar de museu coletado próximo à Fazenda União, indicando que naquela região já existira uma população de micos-leões-dourados.

Depois de conseguir permissão e aprovação do Ibama e do Comitê Internacional de Conservação e Manejo dos Micos-leões, obtive permissão da RFFSA para soltar os grupos de micos-leões na Fazenda União. Reformamos, praticamente reconstruímos uma casa para o projeto e nos mudamos para a área em 1994. Na época éramos apenas eu e Paula Procópio, mas depois chegaram à equipe Dona Maria Nunes, nossa cozinheira, os biólogos Edsel Amorin Moraes Jr., Vanessa Veruli e Marina Janzantti Lapenta, e os assistentes Sandro Vidal da Rocha e Nailton Peres Azevedo.

Tivemos outros biólogos e assistentes além de dezenas de estagiários, mas a equipe inicial foi a que mais participou do processo de translocação e proteção da União.

Quando Paula e eu subimos pela primeira vez um dos morros mais altos da União, senti um frio na barriga pela imensidão da área de floresta que tínhamos que encarar durante o monitoramento dos grupos de micos-leões-dourados translocados; lembro-me, também, quando capturamos e soltamos o primeiro grupo na fazenda e pensei que aquele era o começo do projeto e que não teríamos mais como voltar atrás ou desistir.

Entre 1994 e 1998, translocamos seis grupos de micos-leões-dourados - 42 indivíduos - para a Fazenda União. A translocação foi um sucesso. Acompanhamos a adaptação dos grupos à nova área desde o dia em que foram soltos. Vimos os primeiros grupos se formando e os primeiros filhotes nascidos na União que provavelmente não teriam sobrevivido nos fragmentos. Em 10 anos, a população cresceu para mais de 300 indivíduos!

Mas, nem tudo foram flores. Em 1996 o governo federal começou a privatização da Rede Ferroviária Federal e todos os funcionários da Fazenda União foram demitidos ou transferidos. Nossa equipe de translocação ficou praticamente sozinha na área e precisamos tomar conta de praticamente tudo, desde os cadeados no portão até a conservação

das estradas. Além disso, para piorar, um dia, Paula e eu fomos convidadas para uma reunião no escritório da RFFSA em Campos e escutamos do diretor que a União tinha sido colocada à venda como parte do processo de privatização – ele até nos mostrou o anúncio impresso divulgando o fato (Figura). Entramos em pânico! Eu me sentia como se ele tivesse me tirado tudo que fizemos nos últimos anos, os micos-leões, todo o esforço e dedicação de um trabalho que não tinha sido nada fácil! Depois de tanto trabalho, isso não podia estar acontecendo! Tenho certeza de que ninguém se esquece daquele dia e daquela notícia tão desesperadora. No dia seguinte, resolvemos reagir e enviamos cópia daquele anúncio de venda literalmente para todo o mundo, ou para todos os interessados na conservação da Mata Atlântica e do mico-leão-dourado mundo afora. E conseguimos sensibilizar pessoas, que começaram a se movimentar para proteger a área. Finalmente, a Dra. Sônia Widman, que na época era procuradora do Ibama, visitou a Fazenda União e voltou para Brasília cheia de ideias.

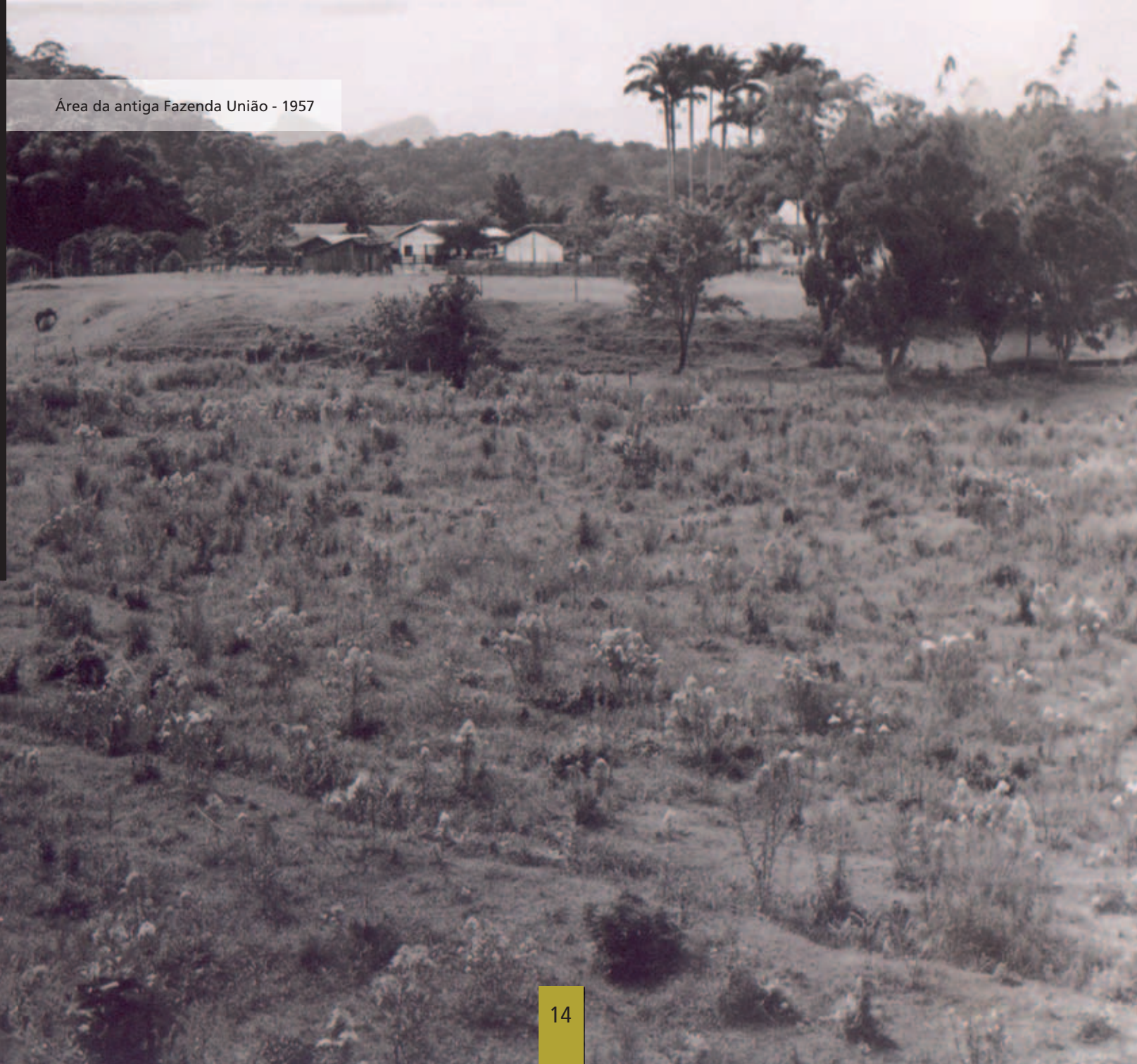
Em abril de 1998, quando estava me preparando para voltar à Inglaterra para continuar o doutorado, Paula me telefonou e contou que a Fazenda União tinha

virado Reserva. Aquele, talvez, foi um dos dias mais felizes da minha vida.

Pois é, quando tudo começou? No dia em que fui pedir permissão para entrar na área ou quando soltamos o primeiro grupo de micos-leões-dourados? Não importa, ajudamos a proteger uma das florestas de baixada mais bem preservadas da região costeira do Rio de Janeiro. Moramos parte das nossas vidas nessa área e valeu a pena cada suor, picada de marimbondo, atoleiro e madrugada na mata! Hoje a Reserva União está protegida e os micos-leões-dourados vivem na área muito bem, obrigada. Foi uma vitória não apenas da equipe de translocação mas de todas as pessoas e instituições que se preocupam com a preservação da Mata Atlântica e do mico-leão-dourado. A cada dia que conhecemos mais a Reserva União, mais temos certeza de que chegamos na hora exata, tomamos as decisões certas e contamos com a colaboração de pessoas e instituições chave que finalmente ajudaram a proteger a área.

Maria Cecília Martins Kierulff

Pesquisadora
Instituto Pri-Matas de Conservação da Biodiversidade
Belo Horizonte, fevereiro de 2012.



SESMEIROS DO RIO DOURADO

Na segunda metade do século XVIII, as terras da região onde se situava a Sesmaria da União pertenciam em sua maior porção ao Distrito da Cidade de Nossa Senhora da Assunção de Cabo Frio, com pequena parte localizada na Freguesia de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita da Aldeia de Macaé.

Esse território tinha o rio Dourado como referencial maior, e dentre os seus primeiros grandes proprietários destacavam-se Francisco Dias Delgado, que teve sua sesmaria confirmada em 03/01/1783 e medida pela primeira vez em 20/09/1786; João Freire Olivença, cuja sesmaria fora doada em 26/06/1766; Manoel de Almeida Barreto, cuja sesmaria fora doada em 29/10/1763; e Manoel Lourenço Neto, cuja doação ocorreu em 09/10/1766.

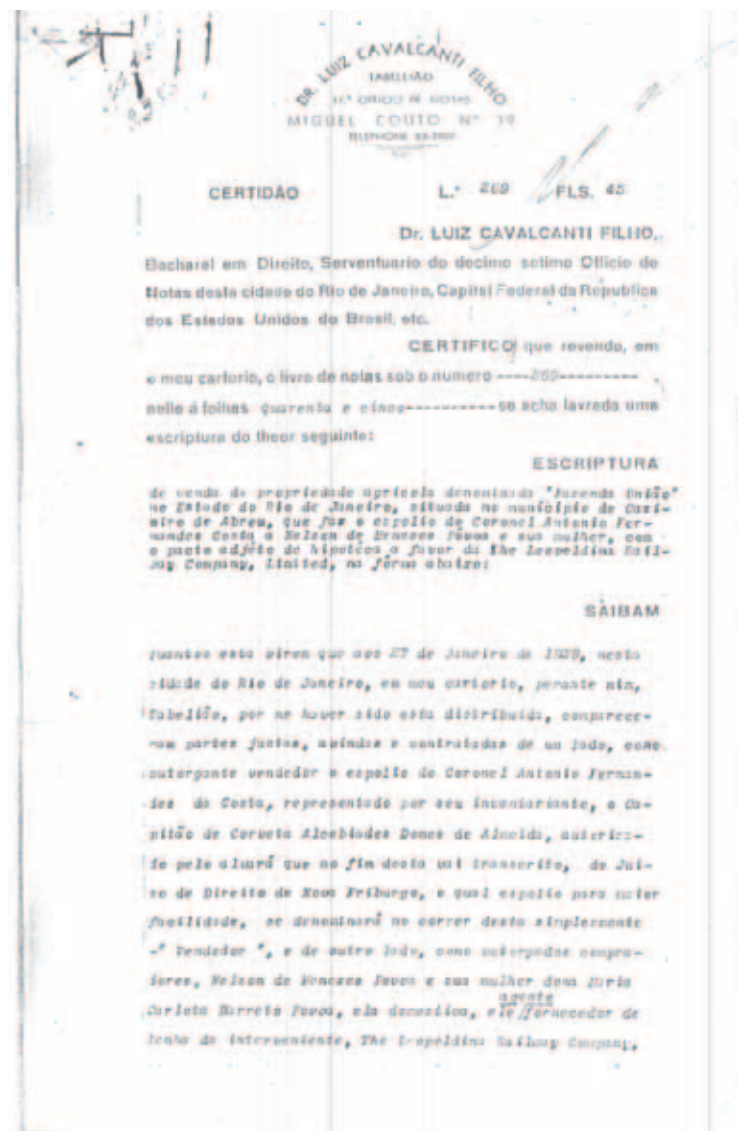
Constam no Arquivo Nacional diversos requerimentos de sesmarias na região de Rio Dourado, além de demarcações e confirmações, entre os anos de 1783 e 1813, incluindo o pedido do polêmico Vigário Jerônimo Ferreira de Souza, acusado de concubinato e de dedicar-se somente aos seus negócios e embarcações no distante ano de 1820.



Região da Fazenda União

Fonte: Atlas das Unidades de Conservação – Semads / RJ

Escritura antiga da Fazenda União



OS REGISTROS DE TERRAS

Após caloroso debate no senado brasileiro a Lei de Terras foi aprovada pela Câmara em 18/09/1850, ganhando o nº 601. Esse instrumento legal estabeleceu diversos dispositivos em relação a ocupação das terras do Império, sendo regulamentada pelo Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854.

Os registros das terras possuídas, denominados Registros Paroquiais de Terras, eram obrigatórios para todos os possuidores de terras, qualquer que fosse o título da propriedade ou posse. Eram os vigários de cada Freguesia responsáveis pelos recebimentos das declarações para os registros das terras.

Nas Freguesias da Sacra Família do Rio São João, que pertencia ao município de Macaé até 1859, quando foi criada a Vila da Barra de São João, e de N. S. das Neves e Sta. Rita merecem ser citados diversos registros de terras nas proximidades da Fazenda União como os de Sabina Roza da Jesus, na localidade de Pico Alto;

Francisco Ferreira da Silva, Purgatório; Jerônimo Ferreira de Souza, Fazenda da Serra (Bertha); Visconde da Cachoeira, Rio Dourado; Carlota Cecília Carneiro de Carvalho Mello Mattos, Descoberto e Rio Dourado; Francisco Duarte Pereira, Rio Dourado; e João Benedicto de Souza, Descoberto, Rio Dourado e Socego (ou seria Sossego?).

Em 23/10/1855, era conferido pelo Vigário Jerônimo Ferreira de Souza o registro da Fazenda denominada União, propriedade de Domingos Bastos, morador na Corte do Rio de Janeiro, com uma légua de testada com outra de fundos, tendo as seguintes confrontações: pelo lado do Rio Dourado com terras pertencentes ao Conselheiro Eustáquio Adolfo de Mello e Mattos ao rumo do norte; ao rumo de nordeste com terras de José Antônio e José Justino; ao rumo de norte paralelo ao da testada com João Ferreira Nunes e com a Fazenda e Serras do Iriri; e ao rumo de sudoeste com os terrenos do Pico Alto e terras da Fazenda.

Detalhe da Carta Chorographica da Província do Rio de Janeiro (1862), onde se visualizam o R. da União; os rios Dourado e das Ostras; as localidades de Rio das Ostras e Barra de S. João; as Serras da Bertha, S. João e Iriry; os Campos do Iriry; além das Fazendas de Benedicto de Souza, Duarte Pereira e Jerônimo F. de Souza

FAZENDA UNIÃO: DESTAQUE NO ALMANAK LAEMMERT

Em meados do século XIX, barcos de cabotagem levavam pelos rios São João e das Ostras produtos das freguesias da Sacra Família da Barra de São João e de Nossa Senhora das Neves e do município de Capivary para os portos de Barra e Rio das Ostras. Os fazendeiros e lavradores produziam principalmente café, milho, farinha, feijão, madeiras diversas, ripas e lenha.

No Almanak Laemmert, que relacionava os notáveis da Província do Rio de Janeiro por municipalidade, publicado em 1868, constava na parte referente a Barra de São João, uma relação de fazendeiros e lavradores, em que o maior destaque era “ José Domingues Bastos (Cavaleiro da Ordem da Rosa) & Antônio Correa d’Oliveira Bastos, Fazenda União (Café – engenho de serrar por água)”.

A PROPRIEDADE DO TEN-CEL JOAQUIM LUIZ

Em 1878, por 23.000\$000 (vinte três contos de réis) a Fazenda União era comprada por Joaquim Luiz Pereira de Souza, pai de um menino de nome Washington, que viajava em lombo de cavalo da fazenda até Rio das Ostras para estudar francês e outras disciplinas com o conhecido mestre Mathias Netto; o menino, ou melhor Washington Luiz Pereira de Souza, viria a eleger-se Presidente do Brasil em 1926, até que a Revolução de outubro de 1930 pusesse fim ao seu governo.

O Ten-Cel Joaquim Luiz nasceu na região da Baía Formosa, hoje Armação dos Búzios, Praia de Manguinhos, casando-se em 1866 com Florinda Ludgera de Sá Pinto de Magalhães, natural de Barra de São João, com quem teve Washington, batizado em Cabo Frio, Lafaiete, Francisco e Franklin.

Entre os anos de 1882 e 1884, Joaquim exerce os cargos de Juiz de Paz e Juiz Municipal e de Órfão no município de Barra de São João, onde faleceu seu sogro em 1887, o Dr. Sá Pinto, que presidiu a Câmara Municipal barrense, além de ter sido boticário muito estimado pela população local.

Em 29/04/1888, o Jornal "O Século", de Macaé, publicava o interessante anúncio a seguir:

Rio São João, com Morro São João ao fundo
(Foto: Rodrigo Bacellar Mello - 2007)

BARRA DE SÃO JOÃO

O Tenente-Coronel Joaquim Luiz Pereira de Souza, proprietário da Fazenda União, município da Barra de S. João, declara livres os seus escravos, em número de 40, desistindo dos serviços dos ingênuos com a condição de fazerem a presente colheita, não sendo compreendidos n'este benefício os escravos Jorge e João Paulo que se achão fugidos e que gozarão da liberdade quando a Lei lhes facultar este direito.

Barra de São João, 12 de abril de 1888

Joaquim Luiz Pereira de Souza

Joaquim Luiz foi administrador da Mesa de Rendas de Macaé em 1889. No ano seguinte faleceu sua esposa em Barra de São João. Triste com a perda, e tendo o ânimo ferido pelas dificuldades econômicas geradas pela queda de produtividade de sua propriedade, faleceu em 29/10/1893, em Macaé. Em carta de Lafaiete para o seu irmão Washington Luiz, datada de 05/07/1897, há a confirmação do inevitável: a concordância sobre a venda da Fazenda União devido a crise pecuniária da família, agravada por doença e pela morosidade no andamento do inventário do progenitor.



Joaquim Luiz Pereira de Souza



ESTAÇÃO DA UNIÃO

O sonho de ligar Niterói a Campos por estrada de ferro remonta ao ano de 1857, quando o Barão de São Gonçalo assinou contrato com a presidência da Província do Rio de Janeiro, passando tal ligação ferroviária por Barra de São João e Macaé.

Muitos capítulos depois, em 1872, a Companhia Ferro-Carril Niteroiense obtinha concessão para construir uma estrada de ferro de Niterói a Campos, que deveria ser composta de duas seções: de Niterói (Santa-na de Maruy) à Freguesia de Nossa Senhora das Neves, no município de Macaé, e daí até Campos. Entre 01/12/1874 e 18/08/1880, foi inaugurado o trecho de Porto das Caixas a Rio Bonito, absorvido pela Estrada de Ferro Cantagalo – E. F. Cantagalo.

A Lei nº 2.690, de 17 de setembro de 1884, autorizou o prolongamento da E. F. Cantagalo desde Rio Bonito até Macaé. A construção foi contratada com Diniz de Noronha Castro em 30 de janeiro de 1885 e no ano seguinte os trabalhos já se achavam bastante adiantados, na altura de Capivari (atual Silva Jardim)/Lagoa de Juturnaíba, tanto que a estação de Cesário Alvim, construída no lugar denominado Campo do Ribeiro, seria inaugurada em

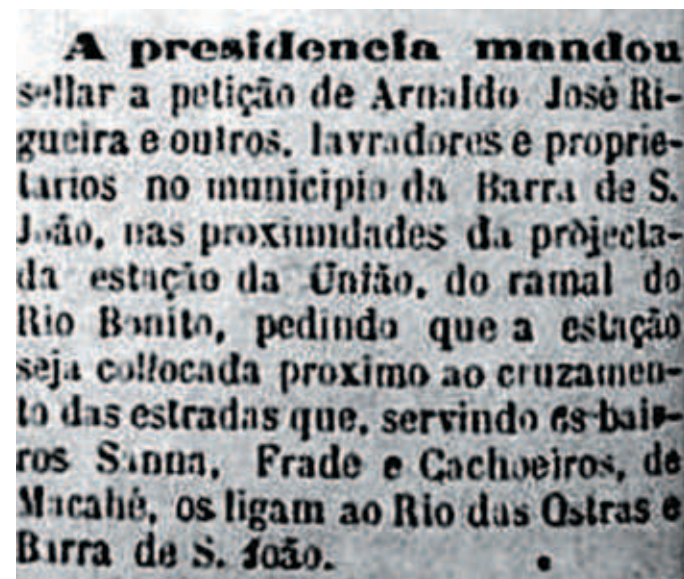
julho, com presença do homenageado ex-presidente da Província, Dr. Cesário Alvim.

Em agosto de 1887 a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina comprou da E. F. Cantagalo o ramal férreo Porto das Caixas – Macaé e as obras das estações da União, Califórnia, Imboassica e Macaé foram sub-empregadas pelo Dr. João Carlos de Almeida Tibagy assim como os abrigos para o material rodante e locomotivas. Em relatório do Presidente da Província Fluminense à época era informado que estavam sendo obtidos sem dificuldade os terrenos nos novos municípios atravessados pela empresa.

Finalmente, em 04/11/1888 era inaugurado um melhoramento há muito esperado pelos agricultores e comerciantes locais, a ligação ferroviária entre Rio Bonito e Macaé, com a estação da União passando a denominar-se Rocha Leão, em justa homenagem a Antônio da Rocha Fernandes Leão, advogado, famoso fazendeiro e político, que foi Deputado Geral por Minas Gerais de 1872 a 1875 e Presidente da Província do Rio de Janeiro nos anos de 1886 a 1888, e que esteve acompanhando os trabalhos durante seu governo com muita dedicação, especialmente os das estações do trecho Poço das Antas-Indaiassú-União.



Jornal "O Século" (Macaé) - 1886 – Foto: João Guilherme



Jornal "O Constitucional" (Macaé) - 11/06/1887

NOVO PROPRIETÁRIO E A LEOPOLDINA RAILWAY ENTRAM EM CENA

Em 1890 o estado financeiro da Companhia E. F. Leopoldina já era melindroso, tendo em vista as operações arrojadas, especulativas e precipitadas, passando a gerar enorme déficit. Assim, no ano de 1897, era organizada a The Leopoldina Railway Company Limited, com sede em Londres, na qualidade de cessionária da E. F. Leopoldina, liquidada forçosamente.

Esse era o ambiente na região, no final do século XIX e alvorecer do seguinte: índice de crescimento econômico da localidade de Rocha Leão maior até que o de Rio das Ostras e uma ferrovia em mãos inglesas, interessadas em estender seus domínios até Campos, baixando tarifas e arrasando com o movimento portuário de Macaé.

O pintor friburguense Pedro Eduardo Salusse comprou a Fazenda União em 1898 por apenas 20:250\$000, preço que já levava em conta o esgotamento do solo devido a cultura cafeeira, deixando-a sob a administração de seu filho Eduardo Salusse, casado com Hilda Magalhães Salusse. Aqui abre-se parênteses para falar dos dois proprietários: Pedro Eduardo Salusse foi professor de desenho no Colégio Freese em Nova Friburgo, aperfeiçoando seus estudos na Europa, onde permaneceu de 1857 a 1865 estudando pintura em Anvers. Especializou-se em paisagens e animais, sendo premiado com medalha de ouro em exposição naquela cidade em reconhecimento ao seu talento; Eduardo Salusse, vereador e presidente da Câmara friburguense - à época o cargo equivalia ao de prefeito do município - nos anos de 1913 e 1915, destacando-se nos períodos a criação da Repartição de Higiene Municipal e isenções de impostos prediais para construções de melhor aparência, com moderna arquitetura e higiene.



Paisagem de Pedro Eduardo Salusse – Coleção Paula Salusse

BEBENDO NA FONTE DAS ESCRITURAS

Um dos preciosos tesouros guardados pelo Cartório do 2º Ofício de Casimiro de Abreu é o Livro nº 3 de Transcrições de Imóveis, no qual há diversos registros e documentos citados que se relacionam com a Fazenda União.

A seguir, alguns dos títulos do período 1878-1912 e suas revelações sobre as características do imóvel negociado.

ANO	ADQUIRENTE	TRANSMITENTE	CARACTERÍSTICAS	TÍTULO
1878	Joaquim Luiz Pereira de Souza	Antônio Corrêa de Oliveira Bastos e sua mulher Anna Amélia Biggen Bastos	Fazenda de cultura de café e mais produtos da lavoura, denominada União no lugar do Rio Dourado, tendo casa de vivenda, senzalas, casas de engenhos, tudo coberto de telhas, engenho de serrar café, farinha, moinho, tudo movido por água, cafezais, mandiocais, campos, pastos.	Certidão da Escritura de compra paga e quitação
1898	Bacharel Washington Luiz Pereira de Souza	Inventário dos bens ficados por morte de D ^a . Florinda Sá Pinto Pereira de Souza	Um engenho de café, moinho de fubá, serraria, tambor de farinha e prensa, movidos a água por um encanamento de pedra na Fazenda União. Um cafezal no morro do Chuchu e outra parte na casa de vivenda da Fazenda União.	Carta de Sentença
1898	Francisco Luiz Pereira de Souza	Inventário dos bens ficados por morte de D ^a . Florinda Sá Pinto Pereira de Souza	Casa e engenho de café, moinho de fubá, serraria, tambor de farinha e prensa, movidos a água por um encanamento de pedra na casa da Fazenda União. Um cafezal no morro da Carioca.	Carta de Sentença
1898	Pedro Eduardo Salusse	Doutor Washington Luiz Pereira de Souza, Francisco Luiz Pereira de Souza e Lafayette Luiz Pereira de Souza.	Casa de vivenda, cafezais, campos, pastos e benfeitorias.	Escritura
1912	Coronel Antônio Fernandes da Costa	Pedro Eduardo Salusse, Eduardo Salusse e sua mulher D ^a . Hilda de Magalhães Salusse	Casas de vivenda, cafezais, campos, pastos e mais benfeitorias, e ainda o mobiliário e animais e bovinos	Escritura

Coronel Antônio Fernandes da Costa e seus sobrinhos. Foto cedida por Da. Maura, ex-moradora da Fazenda União



FAZENDA DO CORONEL ANTÔNIO FERNANDES DA COSTA

Antônio Fernandes da Costa adquiriu a Fazenda União em 1912, certamente como parte de estratégia relacionada ao seu empreendimento inaugurado em terras macaenses na data de 26/07/1896, a Usina Progresso Macaense, destinada ao beneficiamento de café e arroz.

Em 1897, o Cel. Fernandes da Costa era morador de Macaé, possuindo diversos imóveis na rua Treze de Maio, atual Av. Rui Barbosa. Relacionando-se com políticos dos partidos fluminenses dominantes tais como Oliveira Botelho, Galiano das Neves Júnior e Paulino Monneratt, ganha do legislativo municipal friburguense, em 1906, concessões para o serviço de fornecimento de energia elétrica e conclusão do serviço de abastecimento de água em Nova Friburgo, encargos que cumpriu até 1911. No ano seguinte, fundou a Fábrica de Fósforos Veado, na cidade de Macaé, inaugurada com grande pompa em 12/03/1913, inclusive na presença do Presidente do Estado. Durou pouco mais de quinze anos, período em que foram importadas toras e mais toras pelo porto da Imbetiba para abastecimento da linha de produção. Essa indústria foi adquirida pela Compa-

nhia Brasileira de Fósforos apenas para fechá-la, interessada na formação de um truste do produto.

Interessante citar que a Leopoldina Railway sempre buscava acertar a titularidade de terrenos importantes para o funcionamento de serviços de tráfego ferroviário. Assim, em 1912, João Baptista Sarzedas e sua mulher D. Firmina Maria Sarzedas vendem terras à Leopoldina referentes ao desvio da estação de Rocha Leão. E em 06/08/1913 o Coronel Antônio Fernandes da Costa, então morador de Macaé e proprietário da Fazenda União, confessa e reconhece que a The Leopoldina Railway Company Limited é possuidora de uma área de terreno de 83.425 m² entre os quilômetros 144,371 e 150,246 na linha Macaé, da Estrada de Ferro Ramal de Rio Bonito.

Conforme consta em Escritura Pública do Cartório do 1º Ofício de Macaé, a Fazenda União, situada no lugar de Rocha Leão, limitava-se ao norte com a viúva Cassilho e ao sul com o Dr. Cândido Xavier Rabello. Quanto à Leopoldina Railway, com sede em Londres, seu representante na época era o Superintendente Geral no Brasil, Sr. M. C. Milller, e o procurador em Macaé, o Dr. Francisco de Siqueira Dias.

Falecido o Coronel, seu nome passou a denominar a atual rua Cap. Bellegard, no bairro da Imbetiba, em Macaé, denominada anteriormente rua Coronel Fernandes Costa, revelando o quanto ele foi um importante empreendedor progressista, proprietário da Fazenda União por mais de vinte e cinco anos.

Merece ser mencionado que Antônio Fernandes da Costa Júnior, filho do Cel. Costa com D. Ana da Silva, foi um dos grandes médicos brasileiros do século XX. Formado na Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro em 1911, com especializações em Paris e Berlim, era membro de diversas academias e sociedades médicas, destacando-se como microbiologista e radiologista. Escreveu diversas obras sobre aborto, câncer, lepra e doenças dermatológicas, dentre outros assuntos. Foi Presidente do Tijuca Tênis Clube de 1919 até 1927.



Telha francesa de imóvel da Fazenda União
Coleção Ricardo Aguiar

ROCHA LEÃO, CALIFÓRNIA E JUNDIÁ: A MIRAGEM DO PROGRESSO

Em 1912, o Almanak Laemmert relaciona em Rocha Leão e Califórnia um administrador de cemitério, dois comissários de polícia, uma professora de escola mista, um agente do correio, além de diversos comerciantes, agricultores e lavradores. Era o progresso das estações ferroviárias que levava o negociante de Rocha Leão, Pedro Vieira Rodrigues, ao mandato de vereador da Câmara Municipal de Barra de São João.

Nota-se ainda, a partir da década de 20, o crescimento da localidade de Jundiá, originada de terras de João Furtado de Mendonça e de José Fernandes Dantas, onde a The Leopoldina Railway construiu uma parada ferroviária por volta de 1937 e explorou uma pedreira durante longos anos, chegando o local a possuir armazéns, botequins, farmácia, quitanda e até uma escola municipal denominada Brito Pereira.

As localidades produziam bastante café e extraíam madeiras nobres e lenha das matas já bem devastadas, acrescidas a estas atividades a produção de cana de açúcar, em especial no local de Rocha Leão, onde se sobressaía o fabricante de aguardente, Artur César da Costa.

Após a queda do preço do café, no final dos anos 20 do século XX, a Fazenda União passa a ter como atividade principal o fornecimento de lenha à Leopoldina Railway. Naquela época, em que a sede do município de Barra de São João já era chamada de Casimiro de Abreu, dois templos religiosos atraíam os moradores da região: a Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Rocha Leão e a Capela de Nossa Senhora das Neves de Califórnia.



Esquema dos Pátios da desaparecida Estação de Califórnia – 1979 - Coleção Ricardo Aguiar.

A UNIÃO DAS TERRAS DO CEL. COSTA

Em meados do século XIX, a Fazenda União possuía extensão de cerca de 743,8 alqueires (3.599,99 hectares), sendo comprados apenas 400 alqueires de suas terras pelo Ten-Cel. Joaquim Luiz Pereira de Souza em 1878, já que a outra parte continuou sobre a posse de Antônio Corrêa de Oliveira Bastos e seus herdeiros até pelo menos a década de 10 do século passado. A partir de 1920, já com o Cel. Costa como proprietário, a extensão da Fazenda União passa a aumentar à medida em que iam sendo incorporadas novas propriedades, pelo menos onze, situadas ao redor das terras originais.

Dessa forma vemos que no final do ano de 1938 a Fazenda União tinha praticamente dobrado de tamanho em relação ao anotado na sua compra em 1912. Os imóveis foram adquiridos/arrematados, entre outros, de José Francisco Lapa, Felicíssimo Antônio da Silva, Manoel Furtado de Mendonça, Maria Jovita da Conceição (espólio), Ozório Antunes de Oliveira (espólio) e João Duarte de Azevedo.

Uma das maiores propriedades compradas no período pelo Cel. Costa foi registrada no Cartório do 2º Ofício de Macaé, sob o nº 6.580 (Livro RGI nº 3-G, fls. 47) e com data de 25/05/1921, no qual o transmitente era o espólio de Ozório Antunes de Oliveira, representado pelo procurador Capitão João Hilário da Silveira. Era uma “data de terras” no lugar denominado Cangullo, medindo quinhentos e cinquenta metros de testada com mil e cem de fundos; limitando-se com a Fazenda União, terras do Cangullo, Fazenda do Bom Sucesso e terras do Dr. Cândido Xavier Rebelo.

Evento no interior da Fazenda União na área da Usina de tratamento de Dormentes Engenheiro Hugo Motta - década de 1960



NAS PROXIMIDADES DA FAZENDA UNIÃO, O APOGEU DE RIO DOURADO

Em 1934, o município de Barra de São João era dirigido pelo prefeito Carlos Honório Berbet e Rio Dourado apresentava uma das movimentadas estações da Estrada de Ferro Leopoldina, sendo considerada marítima em função da existência de um desvio da linha férrea que chegava até o povoado de Rio das Ostras, com traçado parecido com o da atual rodovia RJ-162.

Na localidade, que possuía um cemitério, os seguintes homens e sociedades eram notáveis: Cel. José Lopes de Oliveira Lírio, agricultor e fabricante de aguardente; João Batista, comerciante de secos, molhados e outros; Cláudio Gonçalves, negociante de aves e ovos; Jardim & Mota, comerciante de secos, molhados e outros; Joaquim Jardim, negociante de aves e ovos; Leopoldino José de Medeiros, dono de padaria; Moisés dos Santos Silva, farmacêutico; e Gualberto Oliveira, também dono de padaria.



A Pacific 4-6-2 327 da Leopoldina (Beyer Peacock 65909, de 1928)
(Fotografia: João Bosco Setti – A Formação das Estradas de Ferro no Rio de Janeiro)



NELSON PÓVOA: O AGENTE FORNECEDOR DE LENHA

No alvorecer do ano de 1939, Nelson de Menezes Póvoa, agente fornecedor de lenha à The Leopoldina Railway, e sua mulher Maria Carlota Barreto Póvoa compram a Fazenda União do espólio do Coronel Antônio Fernandes da Costa.

Nelson Póvoa, filho de pais são-joanenses, Francisco Póvoa e Isabel Maria Menezes, que foram proprietários dos solares da Penha e do Limão, além dos Campos de Muritiba em São João da Barra, casou-se em 1920 com Maria Carlota, tendo sido grande esportista em Campos, onde fundou o Americano Futebol Clube, pelo qual foi campeão municipal em 1915 como jogador.

Sua esposa teve uma vida igualmente digna de nota: professora, ajudou como Dama de Caridade na construção do Hospital Luiz Palmier, em São Gonçalo, e dirigiu a Fundação Anchieta (1940 a 1946 e 1951 a 1962). A creche e o jardim de infância que funcionavam anexos à Fundação Anchieta em Niterói receberam seu nome em justa homenagem.

Nelson de Menezes Póvoa alega na escritura de compra e venda do imóvel (com pacto adjeto de hipoteca em favor da The Leopoldina Railway Company Limited) registrada no 17º Ofício de Notas do Rio de Janeiro (Livro 269, Fls. 4) que “ está se vendo em dificuldades para atender ao fornecimento desse combustível necessário ao tráfego, quer pela escassez das matas de corte, nas proximidades das linhas, quer pelo afastamento entre estas e os centros florestais, quer pela falta de caminhos e pelo mau estado dos poucos existentes para o transporte do lugar em que é cortada até a margem da estrada de ferro; que se continuar assim, não poderá em breve fornecer a lenha necessária; (...) ”.

Então Póvoa solicita à Leopoldina Railway 890:000\$000 (oitocentos e noventa contos de réis) para aquisição da Fazenda União, com a qual poderia regularizar o abastecimento de lenha usada como combustível nas locomotivas a vapor. Obrigando-se o comprador a realizar a venda da fazenda no prazo de cinco anos à empresa inglesa pelo preço de 100:000\$000 (cem contos de réis), foi prontamente aceito o acordo por ambas as partes.

Viveiro onde eram plantadas as sementes de Eucaliptos até a germinação - 1957

A FAZENDA UNIÃO NO TEMPO DA GRANDE GUERRA

Na época da eclosão da 2ª Guerra Mundial, a Fazenda União, apesar de ser propriedade de Nelson Póvoa, passa a funcionar quase que integralmente de acordo com os interesses da Leopoldina Railway. A parte das terras que eram cultivadas foi gradativamente diminuindo de extensão; a utilização dos pastos para a criação de bovinos foi desestimulada e o número de colonos ou mesmo de empregados caiu drasticamente. Uma serraria foi instalada na fazenda, movida por locomóvel ou “vaporrenta”, com objetivo de fornecer madeira para as obras de construção civil e fabricação de móveis, atendendo especialmente à empresa inglesa.

Em 1941 era contratado pela The Leopoldina Railway Company Limited o engenheiro agrônomo Nelson C. Brioso, iniciando-se os primeiros reflorestamentos com eucalipto na Fazenda União, seguindo as técnicas estabelecidas por Edmundo Navarro de Andrade, que introduziu o seu cultivo no Brasil e publicou diversas obras sobre o assunto (“Cultura do Eucalipto”, “A Cultura do Eucalipto nos Estados Unidos”, “Manual do Plantador de Eucaliptos” e “Os Eucaliptos – sua cultura

e exploração”). O Engº. Brioso havia trabalhado com Navarro de Andrade na Companhia Paulista de Estradas de Ferro, e esses plantios visavam tanto o abastecimento futuro de lenha combustível, em face da devastação florestal, quanto o fornecimento de dormentes, postes, mourões e madeira serrada para suprimento das necessidades da ferrovia. Então, foi instalado na área um viveiro para produção de mudas de eucalipto, com as espécies *Eucalyptus alba* e *Eucalyptus saligna*.

No ano de 1942, quando lá paravam os trens de passageiros Mixto e Expresso a caminho de Campos/Vitória, Rocha Leão era a principal estação da região com referência ao negócio que envolvia lenha, dormentes, carvão e madeiras diversas que Nelson Póvoa dominava ao lado de Benedito Velasco, Maria de Castro e Lino Batista Cunha.

Em 30 de abril de 1945, Néelson de Menezes Póvoa vende a Fazenda União para a Leopoldina Railway, conforme escritura pública de compra e venda lavrada nas notas do tabelião do 17º Ofício da Cidade do Rio de Janeiro, iniciando-se, dois anos após, uma nova

era anunciada por medidas importantes, como o início do corte seletivo de árvores nativas, quando somente eram abatidas e retiradas árvores adultas e maduras.

Fonte: Guia e Horários da Leopoldina Railway – 1942 (Observações: (d) Diário - almoço em Macaé e jantar em Muqui; (e) Diário - só leva passageiros de 1º classe e tem serviço de "buffet"; (f) Às terças, quintas e sábados - refeições em Visconde de Itaboraí; (g) Parte de Niterói às segundas, quartas e sextas e só leva passageiros de 1ª classe - almoço e jantar em viagem no carro restaurante desse trem; (h) Às segundas, quartas e sextas - almoço em Rio Bonito; (i) Diário - só leva passageiros de 1ª classe e tem serviço de "buffet"; (j) Diário - almoço em Campos).



Braz Carneiro e a Baronesa de Campos



Carlota Cecília Carneiro de Carvalho Mello Mattos



Washington Luiz Pereira de Souza (1885)



Pedro Eduardo Salusse



Nelson Póvoa



Cel. Costa (centro da foto, na segunda fila)



Maria Carlota Barreto Póvoa



Antônio Fernandes da Costa Júnior

A LEOPOLDINA RAILWAY SAI DE CENA, NASCE A R.F.F.S.A.

A empresa inglesa, que já vinha de uma séria crise financeira devido ao declínio da produção cafeeira no Brasil, passa a sofrer com a decomposição do parque ferroviário durante a Segunda Guerra Mundial pela cessação das importações de equipamentos para reposição e por não ter havido a implantação de uma infraestrutura industrial para o setor. Além disso, a partir da década de 1930, começa por parte do Governo Brasileiro uma intensa política em favor das rodovias, acentuada nos anos 50 com o surgimento da indústria automobilística no país.

Tendo em vista o ambiente, era celebrado em Londres, em 26 de maio de 1949, um acordo entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil, representado pelo Sr. Vieira Machado, chefe da missão comercial, e a The Leopoldina Railway Company Limited, encampando a rede ferroviária concedida à companhia dos ingleses, a qual passou a denominar-se Estrada de Ferro Leopoldina.

O incrível acordo seria legitimado pela Lei Federal nº 1.288, de 20 de dezembro de 1950, que, além de todo o dinheiro embolsado pelos estrangeiros durante o tempo

da concessão, determinava que ainda seriam pagos dez milhões de libras esterlinas pelos bens encampados da Leopoldina Railway.

No ano de 1952 é enviado pelo então Presidente Getúlio Vargas um projeto ao Congresso Nacional para criação da Rede Ferroviária Federal S. A., que incorporava as estradas de ferro de propriedade da União e por ela administradas. Dois anos após, começaram intensas discussões com a sociedade organizada/entidades sindicais sobre os motivos do projeto - justificava-se a criação da empresa como uma questão de segurança nacional -, apimentadas posteriormente por diversas passeatas e atos públicos dos ferroviários na Cidade do Rio de Janeiro.

Apaziguados os ânimos e esclarecidos os trabalhadores e a sociedade, era criada em 1957 a R.F.F.S.A., mediante autorização da Lei nº 3.115, pela consolidação de 18 ferrovias regionais, controlada pelo Governo Federal, vinculada ao Ministério dos Transportes. A Leopoldina fica então sob a jurisdição da SR-3, Superintendência Regional com sede em Juiz de Fora.

A FAZENDA UNIÃO NO PERÍODO DE 1952 A 1965

A Fazenda União passa a ser administrada pelo Eng^o. Agrônomo João Evangelista da Silva Ramos no ano de 1952, estendendo-se seu período por treze anos, sendo marcado logo no início por dois fatos que impactariam fortemente a vida da fazenda e de Rocha Leão: a dieselização das locomotivas e o começo da abertura da BR-5, atual BR-101.

Já no relatório referente ao ano de 1951, o Ministro da Viação e Obras Públicas previa para o exercício seguinte a aquisição de 141 locomotivas diesel-elétricas, enquanto apenas 12 a vapor seriam compradas pela Leopoldina.

A substituição da locomotiva “maria-fumaça” trouxe a desejada mudança de combustível de lenha para diesel, fazendo com que a Fazenda União passasse a ter como objetivo maior a produção de dormentes, cada vez mais resistentes, levando a troca gradativa dos plantios de *Eucalyptus saligna* e *Eucalyptus alba* pelos de *Eucalyptus citriodora*.

Outro fato interessante da época foi o início da exploração da BR-5 ainda em terra batida pelo Governo Fe-

deral já em 1952, ocorrendo algumas melhorias no trecho Casimiro de Abreu – Macaé a partir de 1956/1957, que antes não era mais do que um caminho descontínuo, aberto pelas mãos dos fazendeiros e lavradores pioneiros da região.

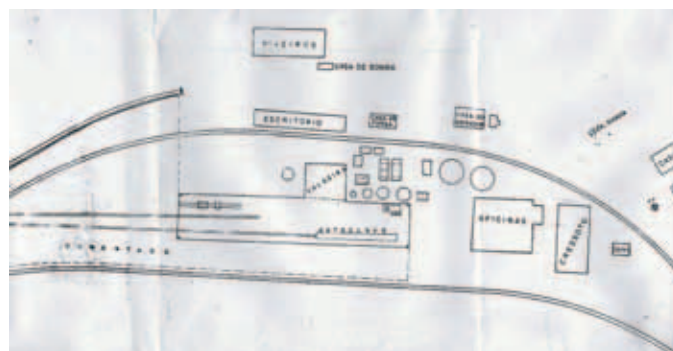
Em 1962, iniciava-se a construção de uma usina na Fazenda União para tratamento de madeiras como parte da política da R.F.F.S.A. que visava o aumento da vida útil dos dormentes. Assim, após dois anos, era inaugurada a Usina de Tratamento de Dormentes Engenheiro Hugo Motta, em homenagem ao saudoso Superintendente da ferrovia. A R.F.F.S.A. antecipava-se dessa forma à Lei nº 4.797/65 assinada pelo Presidente Castelo Branco, que tornava obrigatório o emprego de madeiras preservadas, especialmente preparadas e trabalhadas, para diminuir o uso de mata nativa.

Dentre os acontecimentos daquela fase, lembramos de um, do ano de 1963, muito mencionado em entrevistas feitas junto a população local: a inauguração das viagens entre Campos e Rio de Janeiro por luxuosas e confortáveis automotrizes (litorinas), com buffet, ar refrigerado,

janelas panorâmicas, poltronas reclináveis e total asseio, ao contrário do trem expresso com duas classes de passageiros, não muito confortável e nem sempre pontual.

No final desse período foi instalado na Fazenda União um viveiro de mudas nativas. A partir de 1964, a propriedade passou a ter uma escola municipal, regida pela Prof^a. Neiva Magalhães Ribeiro, além de um posto de saúde/ambulatório próximo ao escritório do administrador, onde trabalhavam dois médicos, um dentista, uma enfermeira - a Sr^a. Lacy Sarzedas Borges, e um motorista de ambulância.

Entre 1950 e 1970 a vida social na fazenda chegou a ser bastante intensa, e até um time de futebol formado por funcionários disputava campeonatos regionais. Em determinadas épocas, residiam na propriedade cerca de quarenta famílias em casas próximas à estrada do Lavapé e na área próxima ao pátio ferroviário. Na fase da R.F.F.S.A. essas casas eram cedidas aos funcionários pelo administrador mediante desconto de 2 % nos salários dos funcionários residentes.



Detalhe da Planta do Pátio da Usina Hugo Motta (1973) – Arquivo Rebio União

Seguem depoimentos de moradores de Rocha Leão que testemunharam o auge demográfico e produtivo da Fazenda União:

“Havia 17 casas no Lavapé; as casas não eram de tamanhos diferentes e o administrador distribuía as casas para os trabalhadores por conta própria... não havia cemitério na fazenda.” (Idelfonso Valadão)

“Os riachos são todos os mesmos que tem hoje. Só que existiam muitos peixes, os rios eram muito ricos. Mas com a usina de tratamento de dormentes, os peixes da região morreram. O creosoto derramado no pátio era levado pela chuva para os riachos. O rio Purgatório era um verdadeiro celeiro de peixes e o creosoto e outras substâncias químicas mataram todos.” (Hélio Sarzedas)

“Existia (para ir para a Fazenda União) uma estradinha que passava por dentro de Furnas. Antes da BR nós fazíamos compras na cooperativa, vinha de trem e entregava aqui na estação... comprava também nas vendas em Rio Dourado e em Rocha Leão, no armazém dos Sarzedas” (Cornélio Maia)

“Já existia ônibus antes do asfalto. Quantas vezes cheguei em casa todo atolado de barro, tinha que saltar no caminho para empurrar o ônibus no meio daquele atoleiro. Aquela estradinha, de Rio Dourado a Rio das Ostras, era estrada de chão... Asfaltaram essa estrada em 1971, aí tudo melhorou. Você em cima do asfalto não tem dificuldade, você pega um patinete e vai a Macaé.” (Ruben de Azevedo Ribeiro)

Em conseqüência da diversidade de eventos relacionados, há um novo surto de crescimento em Rocha Leão, que passa de um lugarejo famoso pelo alto índice de malária, em meados da década de 40 do século passado, e com apenas sete pagantes de imposto predial e territorial - Artur Cezar da Costa, Henrique Sarzedas, João Motta Jr., Virgílio Magalhães, João Batista da Silva, João Sarzedas e Velasco Lames - para uma localidade novamente progressista em 1965.



Antiga Capela de N.S. da Conceição, em Rocha Leão – Coleção Família Sarzedas

A SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E O ASFALTAMENTO DA BR-101

No intervalo entre 1967 e 1970 a empresa Centrais Elétricas Fluminenses S/A - CELF concluiu diversas subestações, inclusive a de Vila Verde, em novembro de 1968. Logo após, em 16/06/1971, o Decreto Federal nº 68.756 declarava de utilidade pública para fins de desapropriação áreas de terra destinadas à construção da Subestação de Rocha Leão, sob a responsabilidade de Furnas Centrais Elétricas S.A..

Em 1974, entrou em funcionamento a Subestação de Rocha Leão, cuja finalidade era interligar o Sistema da CELF ao de Furnas e atender aos municípios das Baixadas Litorâneas além de Macaé. As terras, com extensão de 73.440 m², que permitiram o término dos trabalhos da empresa, foram definitivamente adquiridas em 27/03/1974 junto a Henrique Batista Sarzedas, admirado líder comunitário e político, e antigo auxiliar na administração da Fazenda União. Anos antes, este mesmo personagem tinha cedido uma chácara que foi demolida para construção da BR-101.

Entre os anos de 1976 e 1977 a Subestação de Rocha Leão teve linhas de transmissão estabelecidas com as subesta-

ções de Adrianópolis (Nova Iguaçu), Campos e Cedaeama (Araruama), sendo criadas faixas de servidão administrativa ao longo das linhas, de 66 metros para as duas primeiras e de 30 metros de largura para a outra. Finalmente, em 03/06/1981, o Processo nº 703.237/80 do Ministério das Minas e Energia aprova o projeto apresentado pela CERJ, relativo à ampliação da Subestação de Rocha Leão.

As obras de asfaltamento da BR-101, antiga BR-5, no trecho Rio Bonito - Fazenda dos Quarenta, tiveram início em 1969 e arrastaram-se durante os dois anos seguintes. Para surpresa geral, a partir de 12/02/1972, tomaram impulso com as máquinas da empreiteira Queiroz Galvão trabalhando a pleno vapor e levando o asfalto até Linhares, no Espírito Santo, já no final daquele ano.



Subestação de Rocha Leão (1996) – Foto: Ricardo Aguiar

Inspeção da qualidade dos dormentes no pátio da antiga Fazenda União, realizada pelo Engº Roberto Luiz Pereira da Silva - década de 1970.

UM ENGENHEIRO FLORESTAL E AS MELHORIAS NA FAZENDA

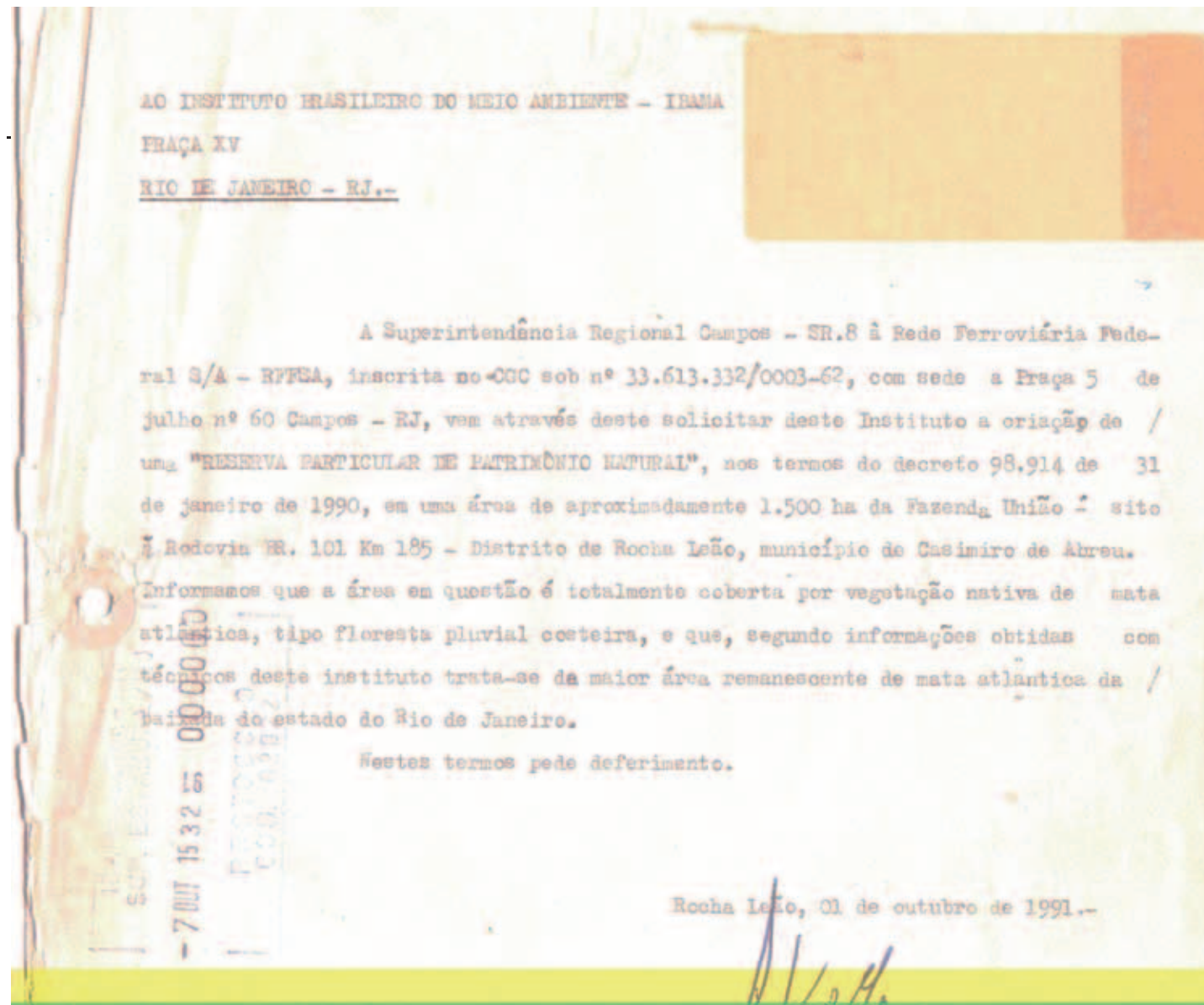
Formado na primeira turma de engenharia florestal do Brasil, em 1964, pela Escola Nacional de Florestas de Curitiba, no Paraná, o Engº Roberto Luiz Pereira da Silva assume no ano seguinte a administração da Fazenda União, permanecendo até 1985.

Durante a sua gestão, destacam-se: a instalação da rede de energia elétrica em 1969, abandonando-se o velho gerador e até as lamparinas e os lampiões usados em um passado não muito distante; a melhoria da captação/distribuição de água por meio de poço artesiano com maior capacidade de abastecimento - antigamente o precioso líquido era advindo de córregos, nascentes, poços menores, além da represa situada na estrada do Pilão, construída em 1964 e desativada na última década de 90; e a construção da nova serraria em 1978, substituindo a antiga incendiada dois anos antes.

Ainda nessa fase ocorreram reformas de diversas casas funcionais e construção de outras, salientando-se que a Usina de Tratamento de Dormentes Hugo Motta foi considerada a unidade de melhor aproveitamento de

toda a R.F.F.S.A., chegando a tratar 45 mil dormentes por mês.

A localidade vizinha de Rocha Leão, ao contrário das decadentes Jundiá, Califórnia e Rio Dourado, continuava apresentando bom crescimento populacional e avanço nos indicadores socioeconômicos, alavancados não somente pelas melhorias de infraestrutura mas também pelo imenso prestígio político da família Sarzedas, que conseguiu eleger em duas oportunidades (1971-1973 e 1977-1983) um natural daquele lugar como prefeito do município de Casimiro de Abreu, o Sr. Célio Sarzedas. Em resumo, no início da década de 70 do século XX a população do povoado não passava de pouco mais de 200 habitantes, com posto de saúde inaugurado em 1973 e seu primeiro loteamento, Jardim Sonho Dourado, aprovado cinco anos depois, enquanto em 1980 a população urbana de Rocha Leão alcançava o expressivo número de 839 habitantes, inclusive muitos ex-moradores da Fazenda União, quando os trens de passageiros que uniam Niterói/Rio de Janeiro à Vitória começaram a deixar de circular.



NO FIM DA ADMINISTRAÇÃO DA R.F.F.S.A., OS MICOS-LEÕES-DOURADOS

De 1985 a 1989, a Fazenda União foi administrada pelo Engº. Civil Paulo César Pereira Vilhena. Nesse período a mata nativa da propriedade passou por uma forte intervenção, quando foram realizados cortes seletivos de madeiras de lei em toras, principalmente das espécies nativas jequitibá e vinhático.

Começaram a ocorrer ainda em sua administração diversas penhoras da fazenda em face de ações trabalhistas, dentre as quais citamos, do Livro de Transcrições de Imóveis do Cartório do 2º Ofício de Casimiro de Abreu, a seguinte:

"Nos termos do of. nº SJ/ 131/ 86, datado de 8/5/86, acompanhado de Auto de Penhora e avaliação, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, datado de 18/3/86 em cumprimento ao mandado expedido pelo M.M. Dr. Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Araruama, na execução movida por José Galvão de Assis e outros, contra Rede Ferroviária Federal S/A, para a cobrança de dívida de Cr\$ 10.047.673,92, fica penhorado o imóvel objeto da presente transcrição. O referido é verdade e dou fé. Casimiro de Abreu, 08 de maio de 1986. Ass: O Sub-Oficial"

Em 1989 assume a administração da Fazenda União o Engº Florestal Ricardo José Leal de Medeiros, permanecendo no cargo até 1996. Destaca-se nessa fase a sua solicitação feita ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, em 1991, propondo a criação de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) nas áreas de mata da fazenda, com total apoio da Superintendência da R.F.F.S.A. - Campos dos Goytacazes.

A intensa movimentação do Engº. Ricardo Medeiros, que mais tarde culminaria na criação da Reserva Biológica União, ganhou novos capítulos após um ano, quando um laudo de vistoria técnica opinou favoravelmente à declaração da área como RPPN de acordo com o Decreto nº 98.914/90, faltando tão somente o comprovante do ITR e a minuta de certidão da área de preservação permanente. No entanto, em 1993, tendo em vista principalmente as já citadas ações trabalhistas que penhoravam a propriedade, a Procuradoria Geral do Ibama declara com o parecer nº 247/93 a impossibilidade de enquadramento da Fazenda União como RPPN ou Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE).

Paralelo a tramitação do processo negado pelo Ibama, é realizado um censo em 1991-1992 pela pesquisadora Maria Cecília Martins Kierulff como parte de sua dissertação de mestrado, visando o levantamento das populações de micos-leões-dourados existentes fora dos limites da Reserva Biológica de Poço das Antas, sendo constatado que vários grupos da espécie *Leontopithecus rosalia* viviam isolados em pequenos fragmentos florestais. Assim, em seu trabalho “Uma Avaliação das Populações Silvestres de Mico-Leão-Dourado, *Leontopithecus rosalia* e Proposta de Estratégia para Conservação da Espécie (1993)”, Cecília Kierulff apontava a Fazenda União como área sem micos-leões-dourados observados, mas com grande potencial, devido às áreas de matas preservadas, para receber populações oriundas desses fragmentos florestais por reintrodução e translocação de grupos de *L. rosalia*.

Ainda em 1993, a R.F.F.S.A. assinou convênio com a Associação Mico-Leão-Dourado - AMLD pelo processo 08/010268/93, permitindo a translocação de grupos de micos-leões-dourados para a Fazenda União. No ano seguinte, durante o mês de outubro, era translocado o

primeiro grupo de sete indivíduos, sob a coordenação das pesquisadoras Maria Cecília Kierulff e Paula Pro-cópio de Oliveira. Até outubro de 1997, seriam mais cinco grupos, totalizando quarenta e dois indivíduos.



A PRIVATIZAÇÃO DA R.F.F.S.A.

Décadas de sucateamento das ferrovias, gerado principalmente em função de políticas públicas que privilegiaram o transporte rodoviário como consequência da expansão da indústria automobilística no Brasil, levaram à privatização da R.F.F.S.A.. Diversas medidas adotadas pelo Governo Federal ao longo do período de 1970 a 1980 colaboraram para a ofensiva final de inspiração neoliberal, dentre elas, erradicação de ramais de circulação de mercadorias internas priorizando corredores de exportação; abandono de trens suburbanos de várias cidades; priorização de projetos sem importância para o setor ferroviário e valorização de grandes empreendimentos no setor rodoviário; erradicação de trens de passageiros e de carga de longa distância; e a divisão do sistema em duas empresas, uma que gerenciaria o transporte de carga (RFFSA) e outra voltada somente ao transporte de passageiros (Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU).

Logo após sua posse na Presidência da República, Collor de Mello aponta sua munção para as estatais, alegando ineficiência dessas empresas e possibilidade de investir recursos de sua venda em áreas onde a dívida social se acumulara como saúde, educação, etc.. Ressalte-se que já em 22/05/1990 o Governo Collor demitiu vinte mil ferroviários e o presidente da RFFSA pede afastamento em protesto.

Em 10 de março de 1992, por meio do Decreto nº 473, o Governo Federal incluiu a Rede Ferroviária Federal S/A no Programa Nacional de Desestatização. Após estudos promovidos pelo BNDES, chamado pelos sindicalistas à época de “Banco Nacional de Desmonte das Estatais”, era feita, em agosto de 1996, a transferência de responsabilidade e trabalho na malha Centro Leste da RFFSA para a Ferrovia Centro Atlântica S.A. (FCA), incluindo a antiga SR-8 - Campos dos Goytacazes.

Logomarca da Reserva Biológica União



ENFIM A RESERVA BIOLÓGICA UNIÃO

Com o cenário integralmente montado, começaram novas mobilizações para a transformação da Fazenda União em unidade de conservação ainda no ano de 1995, quando o Ibama e alguns políticos receberam pedidos da Associação Mico-leão-dourado, da equipe técnica da Reserva Biológica de Poço das Antas e do Comitê Internacional para Recuperação e Manejo das Espécies de *Leontopithecus*.

Em 1996, com a privatização da RFFSA e devido ao sucesso inicial do programa de translocação, as gestões aumentaram. Agora, são dezenas de instituições científicas, ONGs e conservacionistas nacionais e estrangeiros lutando pela presença da espécie na Fazenda União, que aliás ficaria sem administração no período de 1996 a 1998, sofrendo com o abandono no final da era dos dormentes e do óleo creosoto, considerando que também as famílias que ainda residiam na propriedade tiveram que desocupar os imóveis já que alguns funcionários aposentaram-se, muitos ficaram desempregados e outros partiram para trabalhar em Campos ou Macaé.

Antes do término de 1996, o Ibama solicitou ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da

Amazônia Legal a criação da Reserva Biológica União e, em seguida, o Ministro Gustavo Krause submeteu uma minuta de Decreto de criação ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Na mesma época o presidente do Ibama, Eduardo de Souza Martins, solicitou por carta à RFFSA um estudo de transformação da área em Reserva Biológica.

Em 16/12/96 a promulgação da Lei nº 9.364 proporcionaria o pagamento de dívidas da RFFSA junto ao INSS pela União, que por sua vez incorporaria ao seu patrimônio imóveis a seu exclusivo critério, dentre eles a Fazenda União. Vale a pena ainda mencionar alguns daqueles que reafirmaram por correspondências ao Ibama naquele mesmo ano a importância da área para criação da Reserva Biológica: Prof. Dr. James M. Dietz (University of Maryland at College Park), Jeremy Mallinson (Wildlife Preservation Trust), Paula Procópio de Oliveira (Programa de Translocação da AMLD), Benjamin B. Beck (Comitê Internacional do Mico-leão-dourado) e Alcides Pissinatti (Feema).

Durante o ano de 1997, o Chefe da Reserva Biológica Poço das Antas, Dionízio Morais Pessamilio, enviou

carta ao diretor de Ecossistemas, Ricardo Soavinsk, com o prospecto de venda da Fazenda União, sendo elaborada minuta de Decreto e exposição de motivos referentes à criação da Reserva Biológica. A intensa luta ganhou seus contornos finais com o Parecer nº 621 do Ibama que determina a legislação para a criação da Reserva, o Despacho nº 293, encaminhando os autos de solicitação ao Ministro do Meio Ambiente, e a inventariança dos bens do referido imóvel pela RFFSA.

Em 1998, após o Ibama ter enviado toda a documentação necessária ao Ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, a Rede Ferroviária Federal S/A, informou ao Ibama sobre o repasse da propriedade nos termos ajustados e em seguida solicitou ao Ministério da Fazenda a incorporação da Fazenda União ao Patrimônio da União.

Todo o processo foi finalizado em 23 de abril de 1998, quando o Diário Oficial da União publicava o Decreto assinado no dia anterior pelo vice-presidente da República, no exercício da Presidência, Marco Antônio de

Oliveira Maciel. Ficava então “criada a Reserva Biológica União, com o objetivo de assegurar a proteção e recuperação de remanescentes da Floresta Atlântica e formações associadas, e da fauna típica, que dela depende, em especial o mico-leão-dourado *Leontopithecus rosalia*.”.

Apenas como curiosidade, é transcrito a seguir o art. 5º do mencionado Decreto de 22/ 04/ 1998: “Os eucaliptais existentes no perímetro da Reserva Biológica União deverão ser cortados, de acordo com plano a ser preparado pelo Ibama, e a madeira utilizada para atividades da Reserva ou de outras unidades de conservação federais, ou vendida, na forma determinada pela legislação, devendo os recursos arrecadados ser aplicados na implantação da própria Reserva, principalmente na regeneração e recomposição da vegetação original”.

UMA CRONOLOGIA DOS ÚLTIMOS TEMPOS

Segue a cronologia dos acontecimentos posteriores a criação da Reserva Biológica União – Rebio União, inclusive alguns da vizinha localidade de Rocha Leão:

1998 - Nomeação pela Portaria nº 900/98-P do primeiro chefe da Reserva Biológica União, o Engº. Florestal Whitson José da Costa Junior.

- Contribuição do WWF com verbas para a reforma do escritório e de uma das casas da Fazenda União que serviria de apoio para pesquisadores e fiscais da Polícia Florestal.

- Reforma de infraestrutura pela UENF para abrigar um laboratório de pesquisa.

- Inauguração da Escola Municipal Henrique Sarzedas em Rocha Leão.

1999 - Instalação de sistema de telefonia convencional na Rebio, com disponibilidade para 20 linhas, resultado do empenho da administração da UC junto a empresa concessionária de telefonia da região.

- Reinauguração da Estação Ferroviária de Rocha Leão, agora sob a administração da Fundação Rio das Ostras de Cultura, com Museu da Estrada de Ferro, biblioteca e sala de exposições onde aconteceriam oficinas e cursos de arte.

- Dissolução da Rede Ferroviária Federal S. A. pelo Decreto nº 3.277, que determina a sua liquidação.

2000 – Aquisição de sistema de rádio comunicação, com recursos provenientes de penalidades impostas pela Justiça Federal à Algar Telecom Leste S/A – ATL, por interveniência do Ministério Público Federal, pela construção de uma Estação de Rádio Base – ERB no entorno da unidade de conservação sem licenciamento ambiental.

- Reforma total da sede administrativa, de três residências funcionais e da guarita de entrada da Rebio pelo Ibama.

- Inauguração da Rede Compacta, também conhecida como Rede Ecológica, parceria da CERJ com o Ibama. A modalidade facilitaria o convívio da Rede Elétrica com as árvores, evitando as podas na Reserva Biológica.

2001 - Anúncio pelo WWF-Brasil, a Associação Mico-leão-dourado e demais parceiros do nascimento do milésimo mico-leão-dourado vivendo na natureza – o Projeto Mico-leão-dourado atinge, após 30 anos de trabalho, metade do número necessário de indivíduos para tirar a espécie da lista de animais ameaçados de extinção.



Estação de Rocha Leão (1996) – Foto: Ricardo Aguiar

- Chegada à Rebio União dos servidores do Ibama Evandro de Oliveira Pinto, Kleber Vieira Maia e Zoraide Mendonça Soares.
- Construção pelo Ibama de alojamento para pesquisadores.
- Criação pela Lei nº 053/2001 e inauguração do Posto de Saúde Ezequiel Ferreira Neto, em Rocha Leão, denominação dada em homenagem ao antigo trabalhador da RFFSA na Fazenda União.

2002 - Finalização da tese de doutorado de Paula Procopio de Oliveira pela UFMG, intitulada “Ecologia Alimentar, Dieta e Área de Uso de Micos-leões-dourados (*Leontopithecus rosalia*) Translocados e sua Relação com a Distribuição Espacial e Temporal de Recursos Alimentares na Reserva Biológica União, RJ”.

- Criação e implementação do Conselho Consultivo da Reserva Biológica União pela Portaria nº. 099 de 08 de agosto de 2002, composto por 18 instituições ligadas à Rebio e sua Zona de amortecimento.

- Criação por Decreto de 27/06 da Área de Proteção Ambiental (APA) da Bacia do Rio São João/Mico-leão-dourado.
- Realização no ano de 2002 do “Diagnóstico Ambiental das Comunidades do Entorno da Reserva Biológica União” com recursos do WWF-Brasil, pelo qual foi possível conhecer o perfil do entorno da Rebio e elaborar um programa sistemático de Educação Ambiental.
- Retirada de 800 mil litros do produto químico creosoto utilizado pela RFFSA. Como resultado de uma Ação Civil Pública implantada pelo Ministério Público Federal, cujo proponente foi a administração da Rebio União, foi efetuada a retirada de 800 mil litros do produto químico creosoto utilizado pela RFFSA no tratamento de dormentes. Foi efetuada a raspagem do produto cristalizado existente na superfície do solo e em alguns locais houve remoção do solo em espessura média de 25cm. Todo o material retirado, borra de creosoto contido em dois tanques meno-

res e solo contaminado, foi encaminhado à empresa Ambiência - Engenharia de Recursos Ambientais para descarte em forno de cimenteira (clínquer), conforme Manifesto de Resíduos Industriais da Feema, de nos. 2684 e 2685 de 05/07/2000 acondicionados em 98 tambores de 200 litros cada.

- Recuperação de duas casas para apoiar atividades científicas e implantação de um laboratório científico, resultado de acordo de cooperação técnica com a UENF.
- Sinalização de todo o limite da Rebio com recursos da compensação ambiental do licenciamento do OSDUC II, da Petrobras.
- Conferência dos limites da unidade de conservação com GPS Geodésico, resultado de projeto apresentado pela administração da Reserva ao Lion Tamarins of Brazil Fund (LTBF) e apoio da AMLD.
- Chegada à Rebio União do servidor do Ibama Gustavo Luna Peixoto.

2003 - Grande incêndio atinge a Reserva Biológica União por vinte e oito dias, destruindo área de pelo menos cinquenta hectares de mata fechada.

- Implantação da Trilha Interpretativa do Pilão.
- Diminuição da área roçada sob as linhas de transmissão de Furnas (70%) e Ampla (100%) que passam pelo interior da Rebio, possibilitando a recuperação florestal e conseqüente quebra da fragmentação florestal, como resultado de acordo de manejo firmado entre a Administração da Rebio e as empresas de energia. Os resultados desse trabalho foram apresentados no Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, em Curitiba, no ano seguinte.
- Avaliação do impacto da BR-101 sobre a Reserva Biológica União, no que diz respeito a incidência de fogo e atropelamento de animais silvestres. O trabalho foi realizado pelo corpo técnico da Rebio e seus resultados foram apresentados no Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação em Curitiba, no ano de 2004.
- Inauguração do Centro de Reabilitação Cória Gomes da Silva, em Rocha Leão, para portadores de necessidades especiais.

2004 - Aprovada parceria entre a Rebio União, AMLD e ONG Movimento Ecológico de Rio das Ostras - Mero, visando assegurar a conservação da biodiversidade da Reserva Biológica União e contribuir para o adequado desenvolvimento econômico e social da população do seu entorno, tendo a educação ambiental como principal instrumento.

- Chegada à Rebio União do servidor do Ibama Carlos Lamartine Torres Mello.
- Reforma nas linhas internas de distribuição de energia, com implantação de cabos isolados e postes de cimento, em projeto de execução da Prefeitura de Riodas Ostras, como resultado do empenho da administração da Rebio junto a municipalidade.
- Construção do novo trevo de entrada da Rebio União, com projeto e execução da Prefeitura de Rio das Ostras, resultado do empenho da administração da Rebio junto a municipalidade.
- Aumento da área da Rebio em 50 ha., resultado de compensação ambiental da UTE Norte Fluminense.

2005 - Inauguração pela Prefeitura de Rio das Ostras da Praça do Trem, em Rocha Leão, construída ao lado da Igreja Católica, constituindo um importante espaço de lazer na localidade.

- Implantação de melhorias estruturais na Trilha Interpretativa do Pilão (passarela, escada e mirante).
- Implantação do laboratório de geoprocessamento da Rebio com aporte financeiro do LTBF, resultado de projeto apresentado pela administração da unidade de conservação.
- Instalação de uma estação meteorológica automatizada com apoio da Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF.

2006 - Apresentação dos resultados finais do Projeto "Reserva Biológica União: O Resgate de sua História" no Colégio Estadual Rocha Leão, com grande participação da comunidade local e de ex-funcionários da RFFSA.

- Reinauguração do Centro Ferroviário de Cultura, na Estação de Rocha Leão, guardando relíquias de um passado não muito distante.

- Realização de censo pelo Programa de Translocação da AMLD na Reserva Biológica União, constatando 220 animais, a segunda maior população silvestre de micos-leões-dourados.

- Instalação de torre de observação de incêndio com 30 m de altura, resultado de Termo de Compromisso firmado com a empresa de distribuição de energia elétrica Ampla.
- Construção do Centro de Vivência da Rebio e contratação, por dois anos (2006 e 2007), de bióloga para auxiliar na execução do Programa de Educação Ambiental da unidade, resultado de compensação ambiental da empresa de telefonia celular Vivo, com apoio da Associação Mico-leão-dourado e das prefeituras de Casimiro de Abreu e Rio das Ostras.

2007 – Escolha da Reserva Biológica União como primeira unidade de conservação no país a ser mapeada em Sirgas 2000, novo referencial geodésico do Brasil que está sendo desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

- Elaboração do plano de manejo dos eucaliptos da Rebio União, com aporte financeiro da Conservação Internacional (CI) e apoio da AMLD.
- Criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio pela Medida Provisória nº 366/2007, convertida na Lei nº 11.516/2007, sendo uma de suas finalidades executar a política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União.
- Publicação de matérias na imprensa sobre o Projeto dos Corredores Florestais, que buscam conexão entre as regiões fragmentadas da Mata Atlântica, possibilitando o aumento do banco genético das espécies da região.

2008 - Aquisição de área de 113 há, adjacente a Rebio União, adquirida pela AMLD com recursos doados pelas instituições internacionais Environmental Media Association, Fundação Firedoll e Comitê Nacional da IUCN na Holanda, patrocinado pela Postcode Lottery, e pelas famílias Arnow, Cassidy e Fournier, dos Estados Unidos.

Também apoiaram a compra a Usina Termelétrica Norte Fluminense, com assistência jurídica, a Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu, com isenção do pagamento do Imposto Sobre Transação de Bens Móveis – ITBI e a Furnas Centrais Elétricas S.A., que disponibilizou serviços de cartografia, auxiliando no mapeamento da área. Essa providência contribuirá com o processo de doação da área ao ICMBio, ampliando efetivamente a Reserva Biológica.

- Comemoração do 10º aniversário da Rebio União com uma semana de festejos envolvendo o público escolar, idosos, universitários além de gestores municipais, estaduais e federais.
- Aprovação do Plano de Manejo da Reserva Biológica União.

A Reserva Biológica União é considerada uma área importante para a preservação da biodiversidade de Mata Atlântica de baixada, estando incluída no mapeamento de áreas chave para a proteção de aves endêmicas, raras e ameaçadas de extinção (Whitney & Pacheco, 1995).

2009 - Realizada nova interpretação na Trilha Interpretativa do Pilão, com instalação de 21 novas placas interpretativas, construção do pórtico de entrada e mirante. A execução desse projeto atendeu a condicionante contida na licença expedida pelo INEA em favor da TRANSPETRO, para adaptação e conversão dos Dutos OSDUC II e IV.

2011 - Implementação do “Projeto Executivo de Reposição Florestal da Reserva Biológica União”. Sob a supervisão da REBIO União, foram reflorestados com espécies nativas da Mata Atlântica cerca de 80 ha de áreas degradadas no interior da UC. A reposição florestal atendeu os Termos de Compromissos Ambientais – TCA -Ofício/IEF/RJ/GAPRE nº 102 e nº 103, de 14/10/2008, vinculados, respectivamente a Autorizações de Supressão de Vegetação Nativa do Bioma Mata Atlântica nº 07, de 17/12/2007 e de Supressão de Vegetação Nativa do Bioma Mata Atlântica e Interferência em Área de Preservação Permanente nº 18, de 07/10/2008, além do Termo de Compromisso de 18/08/2008, referente à ECOMP de campos Elíseos, em virtude da construção dos gasodutos JAPERI – REDUC (GASJAP), Cabiúnas – REDUC (GAS-DUC III) e a ECOMP de Campos Elíseos.

Climatização do Centro de Vivência, com colocação de forro em madeira e instalação de ar condicionado no auditório. Foram também adquiridas 80 cadeiras estofadas para o auditório do referido Centro. Esses equipamentos e materiais foram adquiridos com recursos de Compensação Ambiental da Subestação Iriri, de FURNAS Centrais Elétricas Ltda., cuja licença ambiental foi expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Macaé/RJ. Com isso a Reserva Biológica União tornou-se a primeira Unidade de Conservação Federal contemplada com recursos de compensação ambiental provenientes de licenciamento ambiental municipal.

Publicação do livreto “Contando os Segredos Científicos da Reserva Biológica União”. A publicação, organizada por Whitson Jose da Costa Junior e Susie de Jesus Rodrigues Pinto, com a valiosa colaboração de vários pesquisadores, teve como objetivo apresentar algumas pesquisas científicas desenvolvidas na UC em linguagem simples, tornando-as compreensíveis ao grande público.

2012 - Construção da Sede do Núcleo de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e da Sala de Exposição, com recursos de compensação ambiental da PCH Simplicio e PCH Santa Fé, destinadas pelo IBAMA.

Início da retirada dos eucaliptos da REBIO União, pela empresa RRX Mineração e Serviços Ltda., vencedora do Edital de leilão 03/2013 (Processo nº 02070.006968/2008-21), embasado tecnicamente no "Plano de Recuperação Ambiental das Áreas Ocupadas por Eucaliptos na Reserva Biológica União", elaborado pelo Conselho Consultivo da Reserva Biológica União, em 2007.

2013 - Visando otimizar os limites da UC do ponto de vista da biologia da conservação, foi finalizada e apresentada ao Ministério do Meio Ambiente proposta para ampliação da Reserva Biológica União (Processo 02070.000620/2010-21), que, se aprovada, aumentará a área da UC em cerca de 6.076 ha, passando dos atuais 2.548 ha, para 8.624 ha, ou seja, a área mais que triplicará. A proposta atende os estudos de monitoramento realizados na área ainda no ano de 2003 pela Fundação O Boticário de Proteção à Natureza (resultados apresentados por GATTI et. al., 2005). A

mesma proposição foi indicada pelo Plano de Manejo da REBIO União, onde a necessidade de ampliação da área foi caracterizada como "ação imprescindível para a conservação da biodiversidade encontrada na área" (ICMBIO, 2008). Ademais, a Portaria do MMA nº 09/2007, a qual atualizou as Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira, identificou a área como de Importância Extremamente Alta e Prioridade de Ação Alta para a Conservação.

Trilha Interpretativa do Pilão e Centro de Vivência são adaptados às pessoas com deficiência. Através do Termo de Reciprocidade firmado entre o ICMBio, a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro – SEA/RJ e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, foi executado o projeto "Reserva Biológica União: uma área natural protegida de Mata Atlântica, acessível às pessoas com deficiência", com recursos de Compensação Ambiental pactuado por meio do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental nº 13/2007, entre a SEA, FEEMA (atual INEA) e Consórcio Malhas Sudeste, referente ao empreendimento "Gasoduto Japeri – REDUC".

GALERIA DE FOTOS

Whitson José da Costa Junior
Chefe da Reserva Biológica União



Denise Marçal Rambaldi
Vice Presidente do INEA/RJ
Ex-Diretora Executiva
da Associação
Mico-Leão-Dourado



Ricardo Medeiros
Engenheiro Florestal
Último Gerente da
Fazenda União / RFFSA

Cecília Kierulff
e Paula Procópio,
pesquisadoras do
Programa Translocação

FONTES BIBLIOGRÁFICAS:

AGUIAR, Ricardo Martins de – Nomes que contam a história – Fundação Rio das Ostras de Cultura – Editora Poema – Rio das Ostras, 2000.

AGUIAR, Ricardo Martins de – Rio das Ostras: Um Esboço Histórico e Antigas Famílias – Fundação Rio das Ostras de Cultura – Gráfica Orla Cor de Búzios Ltda. – Rio das Ostras, 2006.

ALZUGARAY, Domingo & ALZUGARAY, Cátia (ed.) – Isto É Brasil, 500 anos - Atlas Histórico – Editora Três – São Paulo, 1998.

ARÊAS, Nilo Terra – Americano Futebol Clube – Sua história e suas glórias de 1914 a 1975 – Gráfica Unitária – Campos dos Goytacazes, 1976.

Atlas das Unidades de Conservação da Natureza do Estado do Rio de Janeiro – Meta Livros - SEMADS / RJ – São Paulo, 2001.

BIDEGAIN, Paulo – Bacias Hidrográficas dos rios São João e das Ostras: Águas, Terras e Conservação Ambiental - CILSJ/FEEMA, Himalaia Comunicações, s/d.

BITTENCOURT-SAMPAIO, Sérgio Ioset Salusse – Imagens de Família – ZMF Editora e Promoções Culturais Ltda. – Rio de Janeiro, 1993.

BITTENCOURT-SAMPAIO, Sérgio Ioset Salusse – O Hotel Salusse em Nova Friburgo – ZMF Editora e Promoções Culturais Ltda. – Rio de Janeiro, 1997.

COUTINHO, Afrânio (Dir.) – Brasil e Brasileiros de Hoje – Volume I – Editorial Sul Americana S.A. – Rio de Janeiro, 1961.

DEBES, Célio – Washington Luís: Primeira Parte 1869-1924 – Imprensa Oficial do Estado S.A. IMESP – São Paulo, 1994.

FONSECA, Eilton – Estação Bendegó: uma trilha de luta dos ferroviários macaenses – Ed. Achiamé – Rio de Janeiro, 1996.

FERREIRA, Félix – A Província do Rio de Janeiro – Notícias para o emigrante. Coligidas por ordem do Exmº Sr. Dr. Antônio da Rocha Fernandes Leão – Imprensa a Vapor H. Lombaets & Comp. – Rio de Janeiro, 1888.

FREIRE, Laudelino – Um Século de Pintura (Apontamentos para a História da Pintura no Brasil de 1816 a 1916) – Typographia Rohe – Rio de Janeiro, 1916.

FRÓES, Mara Moreira e ROCHA, Selma – Terra dos Peixes – PMRO/Fundação Rio das Ostras de Cultura, Rio das Ostras, 1997.

GUIMARÃES, Arthur – Um Inquérito Social em Nova-Friburgo – Ensaio de Sociologia Prática. Prefácio de Escagnolle Dória – Typ. do Jornal do Commercio – Rio de Janeiro, 1916.

Guia do Patrimônio Documental do Estado do Rio de Janeiro – SEJINT / APERJ – Rio de Janeiro, 1997.

Guia e Horários da Leopoldina Railway – nº 65 - julho / dezembro de 1942 – Serviço de Propaganda de The Leopoldina Railway Company Limited.

Histórico do Centro Ferroviário de Cultura de Rocha Leão – Fundação Rio das Ostras de Cultura – Rio das Ostras, 1999.

KIERULFF, Maria Cecília Martins – Uma Avaliação das Populações Silvestres de Mico-Leão-Dourado, Leontopi-

thecus Rosalia, e Uma Proposta de Estratégia para Conservação da Espécie – ICB / UFMG – Belo Horizonte, 1993.

LACOMBE, Lourenço Luiz – Os Chefes do Executivo Fluminense. MEC / Museu Imperial – Petrópolis, 1973.

LAMEGO, Alberto – A Terra Goytacá (À Luz de Documentos Inéditos) – Tomo Sexto – Páginas Avulsas – Diário Oficial – Niterói, 1943.

LAPENTA, M. J. – O Mico-Leão-Dourado (Leontopithecus rosalia) como dispersor de sementes na Reserva Biológica União/Ibama, Rio das Ostras, RJ (Dissertação de Mestrado – USP) – São Paulo, 2002.

MARTINI, Augusto Jerônimo – O Plantador de Eucaliptos: A Questão da Preservação Florestal no Brasil e o Resgate Documental do Legado de Edmundo Navarro de Andrade (Dissertação de Pós-Graduação em História Social – USP) – São Paulo, 2004.

MONTEIRO, Salvador & KAZ, Leonel (coord.) – Floresta Atlântica – Edições Alumbramento – Rio de Janeiro, 1991/92.

OLIVEIRA, Paula Procópio de – Ecologia Alimentar, Dieta

e Área de Uso de Micos-leões-dourados (Leontopithecus rosalia) Translocados e sua Relação com a Distribuição Espacial e Temporal de Recursos Alimentares na Reserva Biológica União, RJ (Tese de Doutorado) – ICB / UFMG – Belo Horizonte, 2002.

PARADA, Antônio Alvarez – Histórias Curtas e Antigas de Macaé, Vols. I & II, Artes Gráficas, 1995.

PARDAL, Paulo – Barra de São João, Berço de Casimiro de Abreu (artigo da Revista Educação, Brasília, nº 32, Out/Dez 1979, Edição do MEC).

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO – Radiografia Social de uma Comunidade (Biblioteca de Estudos Fluminenses; Série Didática) – Imprensa Oficial – Niterói, 1988.

RANGEL, Fidélis Augusto M. (et al.) – Estudos Ambientais / Rio das Ostras – Comissão de Estudos Ambientais/ SEMAP, 2003.

Relação de Algumas Cartas das Sesmarias Concedidas em Território da Capitania do Rio de Janeiro (1714 – 1800) – Ministério da Justiça / Arquivo Nacional – Rio de Janeiro-GB, 1968.

Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na 2ª Sessão da Vigésima Sétima Legislatura (15/10/1889) – Typographia Montenegro – 1889.

REZNIK, Luiz (org.) – O Intelectual e a Cidade, Luiz Palmier e a São Gonçalo Moderna – Ed. UERJ – Rio de Janeiro, 2003.

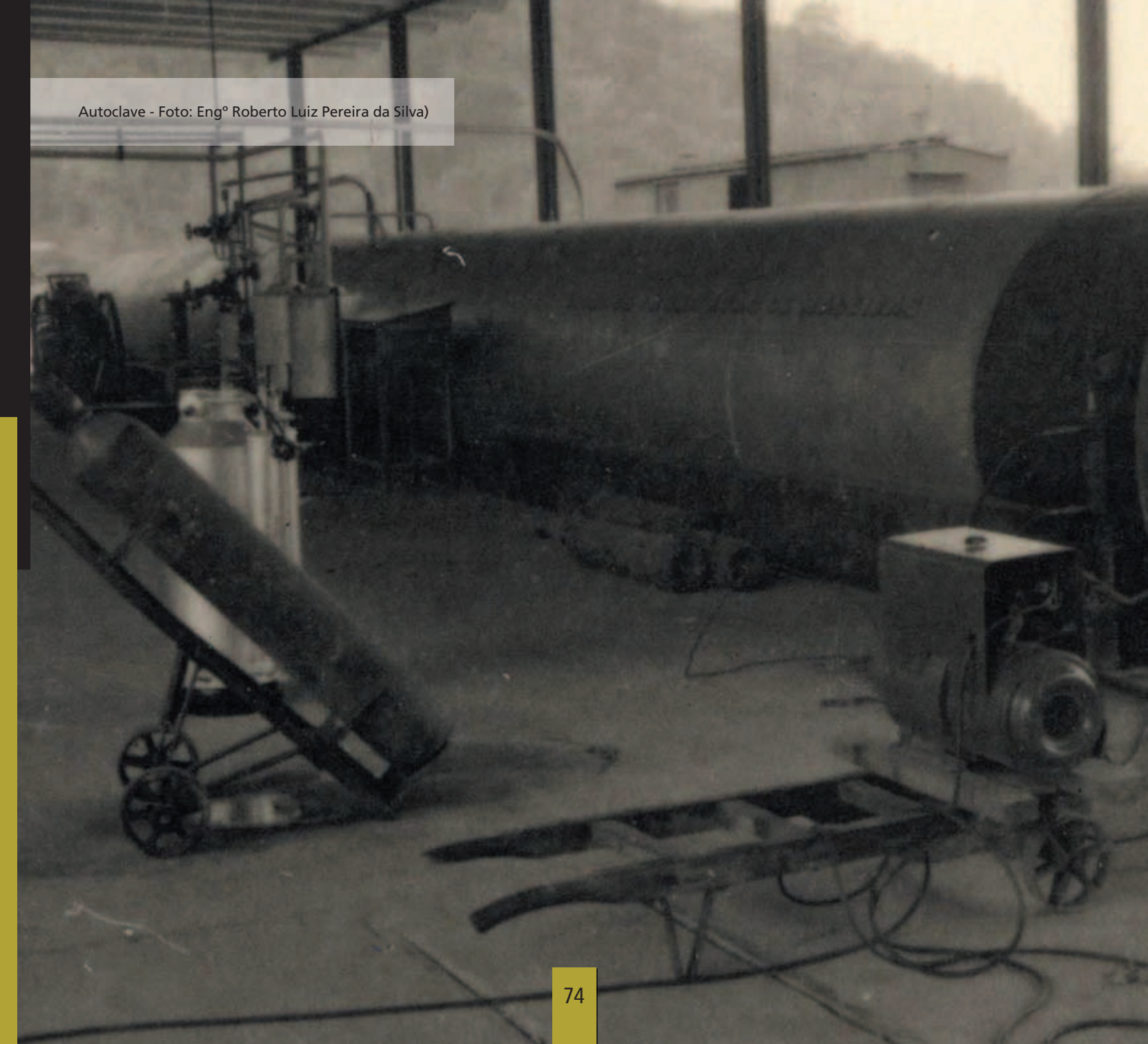
ROCHA, Selma Alves da (org.) – Mulheres Fluminenses da Baixada Litorânea: história de luta e conquista da cidadania feminina, Rio de Janeiro, CEDIM, 2003.

RODRIGUEZ, HÉLIO SUEVO – A Formação das Estradas de Ferro no Rio de Janeiro: O Resgate da sua Memória – Memória do Trem – Ed. RR Donnelley – São Paulo, 2004.

SANTAFÉ, HÉLVIO – Ídolos do Nosso Esporte (A História Esportiva de Campos) – Damadá Artes Gráficas e Editora Ltda. – Campos dos Goytacazes, 1997.

SIQUEIRA, Edmundo – Resumo Histórico de The Leopoldina Railway Company Limited – Gráfica Editora Carioca – Rio de Janeiro, 1938.

Urbanização do Interior Fluminense: Análise de Aglomerados de Pequeno Porte – FAPERJ – Rio de Janeiro, 1983.



Autoclave - Foto: Engº Roberto Luiz Pereira da Silva)

PERIÓDICOS

Almanak Laemmert (1848 – 1934)

Jornal “ O Século ” – Macaé (1886 – 1897)

Jornal “ A razão ” – Rio das Ostras (1971 – 1981)

Jornal “ Informe Municipal ” – Casimiro de Abreu (2006 - 2007)

Jornal “ O Debate ” – Rio das Ostras (1999 – 2006)

Jornal “ Folha dos Municípios ” – Rio Bonito (2007)

Jornal “ O Dia ” – Rio de Janeiro (1997 - 2003)

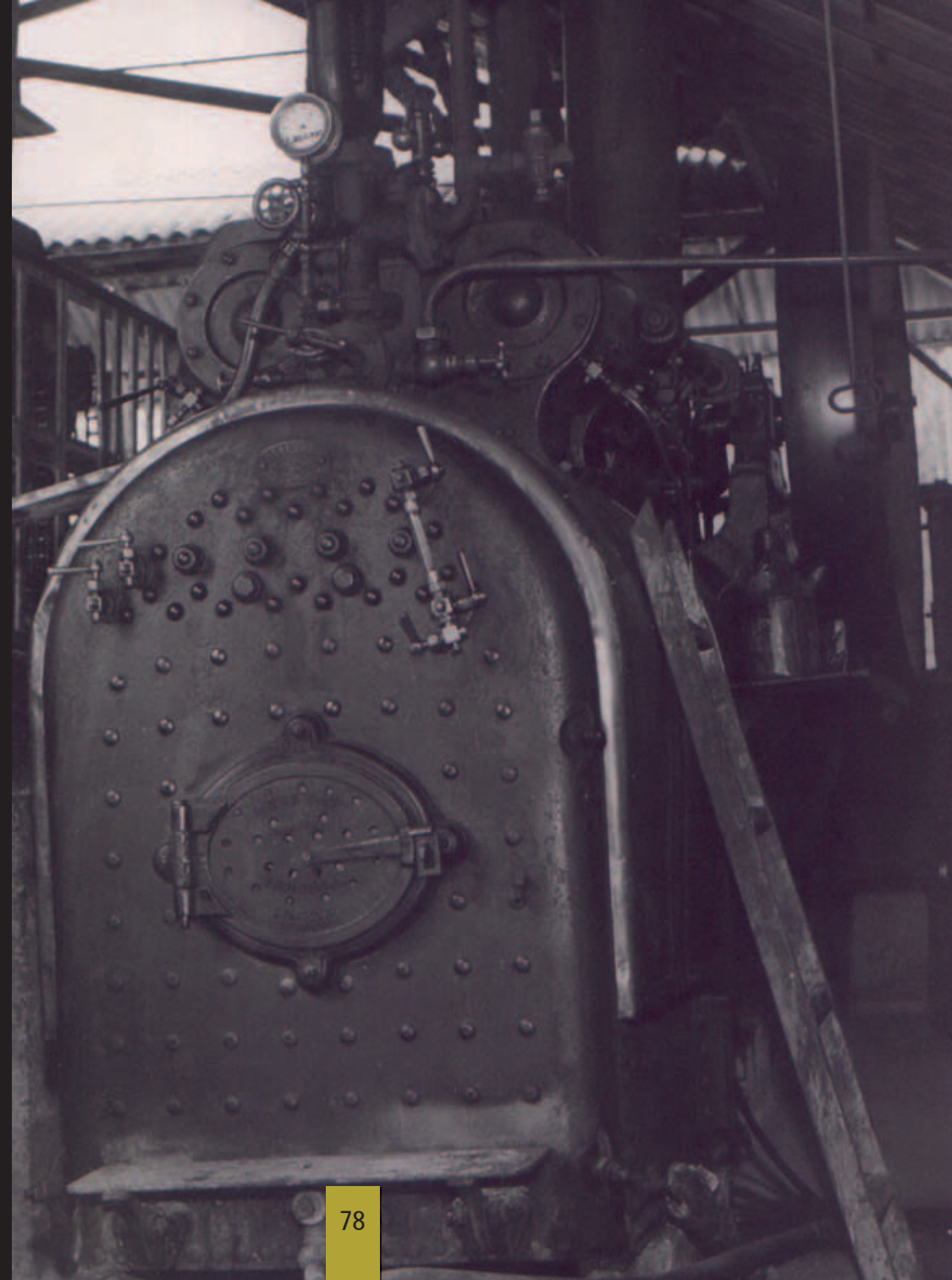
Jornal “ O Diário Costa do Sol ” – Macaé (01 / 07 / 2004)

Jornal “ O Globo ” – Rio de Janeiro (1998)

Jornal “ Enfoque Regional ” – Macaé (2001)

MAPAS

- Folhas Casimiro de Abreu (1984), Morro São João (1978) e Rio das Ostras (1983) – IBGE – Escala 1:50.000.
- Planta de ampliação dos sistemas de abastecimento de água de Macaé, Rio das Ostras e Barra de São João – TECNOSAN Engenharia / CEDAE – Out / 77 – Escala 1:50.000.
- Mappa Topographico do Destricto da Cidade de N. S. da Assumpção de Cabo Frio (Manoel Martins do Couto Reys -1786– Mapoteca do Exército– RJ).
- Carta Chorographica da Província do Rio de Janeiro (1862).



ACERVOS:

Acervo do Centro de Memória Antônio Alvarez Parada

Acervo particular da família Almeida Pereira

Acervo particular da família Santos Gavinho

Acervo particular de Antônio Alvarez Parada

Arquivo da Rebio União

Arquivo do Jardim de Infância
Maria Carlota Barreto Póvoa

Arquivo do 1º Ofício – Nova Friburgo

Arquivo Nacional

Arquivo particular da família Sarzedas

Arquivo particular de Paula Salusse

Arquivo particular de Ricardo Martins de Aguiar

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Biblioteca Municipal de Rio das Ostras

Cartório do 1º Ofício - Macaé

Cartório do 2º Ofício - Macaé

Cartório do 1º Ofício – Casimiro de Abreu

Cartório do 2º Ofício – Casimiro de Abreu

Cartório do 9º Ofício de Notas – Rio de Janeiro

Cartório do 17º Ofício de Notas - Rio de Janeiro

Centro Ferroviário de Cultura Guilherme Nogueira

Fundação Biblioteca Nacional

Mapoteca do Exército



Ministério do
Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA